

COMARCA DA CAPITAL
JUÍZO DE DIREITO DA 7^a VARA EMPRESARIAL

TERMO DE ABERTURA

Nesta data, procedi a abertura do 990 volume
destes autos, iniciando a partir das 20.308 folhas.

Rio de Janeiro, 04 de Junho de 2019.

P/Chefe da Serventia

20108

DOC. 12

20.309

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE: REBOFOR – MOVEIS E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.769.316/0001-94, com sede na Rua Perilio Teixeira , nº 1412, Genibaú, Fortaleza/CE – CEP 60534-080, neste ato por seu representante legal, **JIVALDO DA SILVA FERNANDES**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 4.913.948-6 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 501.437.513-87, residente e domiciliado na Rua Perilio Teixeira , nº 1412, Genibaú, Fortaleza/CE – CEP 60534-080.

OUTORGADOS: WAGNER BARBOSA DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP 237.004, DOUGLAS CAETANO DA SILVA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP 317.779, DOUGLAS BARBOSA DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP nº 308.137 e THIAGO PIRETT PEREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP 328.447, todos com escritório na Rua Gomes de Carvalho, 1.544, Mezanino, São Paulo – CEP 04547-006.

PODERES: Por este instrumento particular de mandato, o Outorgante nomeia e constitui os Outorgados como seus procuradores, conferindo-lhes amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "*ad judicia et extra*", podendo para tanto representar a outorgante em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas às outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, transigir, desistir, renunciar, impugnar, recorrer, receber, dar quitação, firmar termos e compromissos, assinar formulários, requerer vistorias, pedir vista de processo, notificar, protestar, impugnar, interpelar, consignar, justificar, recorrer de despachos e de decisões, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato, podendo, ainda, substabelecer este em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, em especial para representar o Outorgante nos autos da Recuperação Judicial do **GALVÃO ENGENHARIA S.A. E GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.** - Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001 que tramita na 7º Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, Capital.

São Paulo, em 17 de Janeiro de 2019.

CAVALCANTI FILHO

REBOFOR – MOVEIS E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA - ME



20.550

REBOFOR - MÓVEIS E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA - ME
5º ADITIVO

NIRE 23.200.749.012 DE 16/09/1997

JIVALDO DA SILVA FERNANDES, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 31/10/1974, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 4.913.9486 SSP-Ba e CPF 501.437.513-87, residente e domiciliado nesta capital à Rua Perilio Teixeira, 1412 - Genibau, CEP 60.534-080, e ELIANE MARIA DA SILVA, brasileira, solteira, maior, nascida em 05/04/1973, comerciante, portadora da cédula de identidade RG nº 2744047-93 SSP-Ce e CPF 697.863.993-15, residente e domiciliada neste capital à Rua Perilio Teixeira, 1412 - Genibau, CEP 60.534-080, e únicos sócios componentes da sociedade empresarial limitada que gira sob a denominação social de REBOFOR - MÓVEIS E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA - ME, estabelecida nesta capital neste capital à Rua Perilio Teixeira, 1412 - Genibau, CEP 60.534-080, inscrita no CNPJ 02.105.221/0001-50 e registrada na MM Junta Comercial do Ceará sob o número 23.200.749.012 de 16/09/1997, resolvem neste efetuar alteração em seu contrato social e o fazem conforme cláusulas e condições a seguir:

PRIMEIRA

É admitida na sociedade a sócia EVELLIN SAMILY NERIS DE SOUSA, brasileira, solteira, maior, nascida em 26/09/1989, portadora da cédula de identidade RG nº 2003097059736 SSP-Ce e CPF 030.972.133-41, residente e domiciliada nesta capital à Rua Perilio Teixeira, 1412 - Genibau, CEP 60.534-080, com uma cota de capital no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) adquiridas da sócia ELIANE MARIA DA SILVA, que retira-se na cláusula seguinte.

PARÁGRAFO ÚNICO: A sócia ora admitida neste ato, declara não estar incursa em nenhum dos crimes previstos em Lei que a impeça de exercer a atividade mercantil.

SEGUNDA

Retira-se da sociedade a sócia ELIANE MARIA DA SILVA, transferindo por venda suas cotas no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para a sócia EVELLIN SAMILY NERIS DE SOUSA admitida na cláusula anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO: A sócia que ora retira-se da sociedade dá à mesma plena, geral e irrevogável quitação, não tendo nada a reclamar agora ou no futuro.

TERCEIRA

O capital social no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) dividido em 35.000 (trinta e cinco mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, inteiramente integrado em moeda corrente no país, fica distribuído entre os participantes da sociedade na seguinte proporção:

JIVALDO DA SILVA FERNANDES	31.500 quotas	R\$ 31.500,00
EVELLIN SAMILY NERIS DE SOUSA	3.500 quotas	R\$ 3.500,00
TOTAL		R\$ 35.000,00

QUARTA

A sociedade passa a exercer as seguintes atividades:

* Fabricação de estruturas metálicas.

20/11/10

REBOFOR - MÓVEIS E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA - ME
5º ADITIVO

- * Montagem de estruturas metálicas;
- * Fabricação de móveis de metal;
- * Obras de acabamento da construção civil.

QUINTA

A administração da sociedade caberá ao sócio **JIVALDO DA SILVA FERNANDES**, assinando isoladamente ou em conjunto, cabendo-lhe a representaçãoativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, imbuídos de todos os poderes para praticar os atos necessários ao alcance do objetivo social, sempre no interesse da sociedade, vedado, no entanto, o uso da denominação social em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, avais, endossos, fianças seja em favor de qualquer dos quintistas ou de terceiros.

SEXTA

O administrador já qualificado declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou sua virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, à pública ou a propriedade.

SÉTIMA

Todas as demais cláusulas constantes no contrato social, não modificadas no todo ou em parte por este instrumento permanecem inalteradas. E por estarem justos e acertados assinam o presente aditivo em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, devendo a primeira via ser arquivada na MM Junta Comercial do Estado do Ceará.

Fortaleza, CE 01 de março de 2012

Jivaldo da Silva Fernandes
JIVALDO DA SILVA FERNANDES

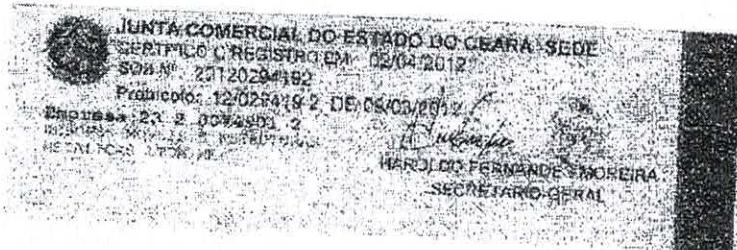
Elliane maria da Silva
ELLIANE MARIA DA SILVA

Evellin Samily neris de Souza
EVELLIN SAMILY NERIS DE SOUSA

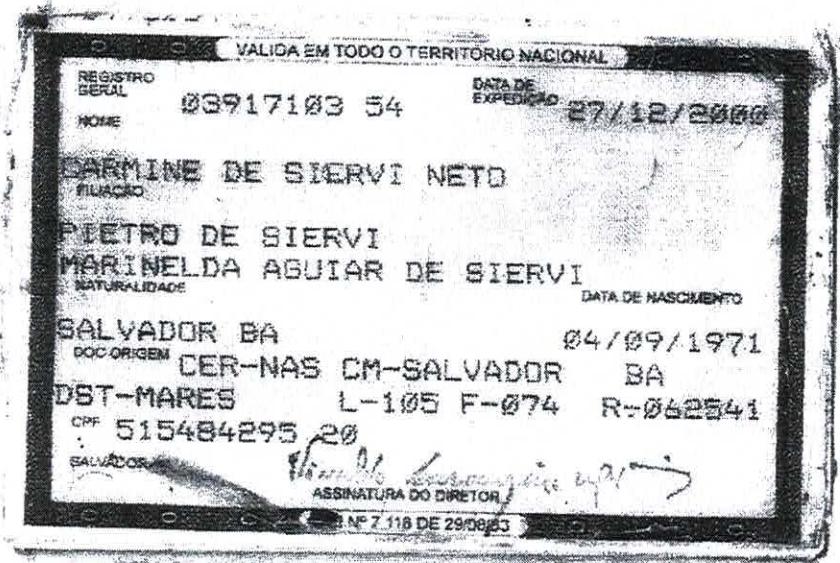
TESTEMUNHAS

Rosana Lucia da Costa
ROSANA LUCIA DA COSTA
Ident. 13905 SSP-Ce
CIC 409.664.453.68

Terezinha de Jesus Veras Rocha
TERESA DE JESUS VERAS ROCHA
Ident. 93019014384 SSF-Ce
CIC 705.514.303.97



20.11.2



20.11.3

DOC. 13

20.114

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE: TRANSFAX-LOG TRANSPORTES LTDA -ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.091.520/0001-21, com sede na Rua Umbuzeiro, 56, Cidade Industrial Satélite de São Paulo, SP – CEP 07224-010, neste ato por seu representante legal, **DAMIAO DE MELO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 36.733.812-9, inscrito no CPF/MF sob nº 533.922.053-20, residente e domiciliado na Rua Jorge Couceiro da Costa Eiras, 595, Boa Viagem, Recife, PE - CEP 51021-300.

OUTORGADOS: THIAGO PIRETT PEREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP 328.447, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, 1.544, Mezanino, São Paulo – CEP 04547-006.

PODERES: Por este instrumento particular de mandato, o Outorgante nomeia e constitui os Outorgados como seus procuradores, conferindo-lhes amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "*ad judicia et extra*", podendo para tanto representar a outorgante em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas às outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, transigir, desistir, renunciar, impugnar, recorrer, receber, dar quitação, firmar termos e compromissos, assinar formulários, requerer vistorias, pedir vista de processo, notificar, protestar, impugnar, interpelar, consignar, justificar, recorrer de despachos e de decisões, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato, podendo, ainda, substabelecer este em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, em especial para representar o Outorgante nos autos da **Recuperação Judicial do GALVÃO ENGENHARIA S.A. E GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.** - Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001 que tramita na 7º Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, Capital.

São Paulo, em 25 de fevereiro de 2019.

Damiao de Melo
TRANSFAX-LOG TRANSPORTES LTDA -ME

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DA COMARCA DE GUARULHOS/SP
Flora Maria Borrelli Gonçalves - Oficial

Av. Capitão Afonso Weller Ribeiro, 191 - jd. Cumbica - Guarulhos/SP - 07181-900 Tel.: (11) 3443-0541



- Válido somente com o selo 1271A00353678 -
Reconheço, por semelhança, a firma de: **DAMIAO DE MELO.**

Guarulhos, 21 de março de 2019.
Em testemunha: _____ da verdade _____

CELY MACEDO DA SILVA - ESCREVENTE
(69/20190321101208)Preço p/firma R\$ 6,28 Total R\$ 6,28

20/11/15

AGO 2007

PROTÓCOLO

**CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA
TRANSFAK-LOG TRANSPORTES LTDA**

Daniel de Melo
DAMIÃO DE MELO, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, nascido em 06/06/1974, RG n.º 36.733.812-9 SSP/SP e CPF(MF) sob n.º 533.922.053-20, residente na Rua Augusto dos Anjos, 294 – Casa 03 – Parque Piratininga – Itaquaquecetuba – CEP: 08583-000 - SP.

EDIMARIA APARECIDA RODRIGUES SANTOS, Brasileira, Casada, Comerciante, nascida em 10/08/1970, RG n.º 22.015.821-6 SSP/SP e CPF(MF) sob n.º 114.517.238-57, residente na Rua Jaú, 12 – casa 01 – Cidade Soberana – Guarulhos – CEP: 07162-500 – SP.

Constituem uma Sociedade Limitada, mediante as seguintes cláusulas:

1º - A Sociedade girará sob o nome empresarial **TRANSFAK-LOG TRANSPORTES LTDA**, e terá sede e domicílio na Rua Jaú, nº 11 – Cidade Soberana – Guarulhos – CEP: 07162-500 – SP.

2º - O Capital social será R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) dividido em 10.000 quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Um Real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

NOME	QUOTAS	%	TOTAL (R\$)
DAMIÃO DE MELO	5.000	50	5.000,00
EDIMARIA APARECIDA RODRIGUES SANTOS	5.000	50	5.000,00
TOTAL DO CAPITAL SOCIAL	10.000	100	10.000,00

20.116

AUG 10 2007

Nº 352 21 672203
REG. 908

SECRETARIA DA FazENDA
JUSTIÇA COMERCIAL, NO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO - Declaro que este documento foi legalmente
assinado e está em perfeitas condições.



SEM VALOR DE CERTIDÃO

3º - O objeto será de Transporte Rodoviário de Carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional.

4º - A sociedade iniciará suas atividades em 25/07/2007 e seu prazo de duração será indeterminado.

5º - As quotas são indivisíveis e não pode ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se a realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.
*Douglas
de
melo*

6º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. (art. 1.052, CC/2002)

7º - A administração da sociedade será gerida e administrada por ambos os sócios, onde poderão assinar isoladamente documentos públicos, documentos bancários, procurações de qualquer espécie, autorizada a fazer o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios.

8º - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificantes de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

20.118

AUG 10 2007

Nº 352 21632263

SECRETARIA DA FAZENDA
INSTITUTO CERTIFICADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO que este documento foi registrado
e estampado e data estampada mecanicamente.

SECRETARIA DA FAZENDA - SISTEMA SEFAZ

SEM VALOR DE CERTIDÃO

9º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

10º - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

~~Dois de~~ 11º - Ambos os sócios, fixarão uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.



12º - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse deste ou do(s) sócio (s) remanescente(s), o valor de seus bônus será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

13º - (Os) Administrador(es) declara(m), sob as penas de lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

14º - Fica eleito o foro de Guarulhos/SP, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

20.120

AUG 10 2007

Nº 002 N035221672203

SECRETARIA DA FAZENDA
MUNICIPAL DE SÃO PAULO
CERTIFICO - CERTIFICO que o documento foi registrado
em nome da firma registrada mencionada.



SEM VALOR DE CERTIDÃO

20.821

E por estarem assim juntos e contratados assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor na presença de 02 (duas) testemunhas de ambas as partes conhecidas e posteriormente para validade ser registrado e arquivado na JUCESP.

Guarulhos, 04 de Julho de 2007.

Damiao de melo
DAMIAO DE MELO


EDIMARCIA APARECIDA RODRIGUES SANTOS


FRANCISCO CLAUDIO SAMPAIO GUIZA
RG 24.582.868-3 SSP/SP

Testemunhas:


RENATA BARBOSA DE JESUS
RG 34.771.068-0 SSP/SP

SEM VALOR DE CERTIDÃO

20.5.22

JUÍZESP PROTOCOLO
0.748.814/15-2

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

TRANSFAX-LOG TRANSPORTES LTDA - ME
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
CNPJ 09.091.520/0001-21

DAMIÃO DE MELO

Brasileiro, Solteiro, Comerciante, nascido em 06/06/1974, RG sob n.º 36.733.812-9 SSP/SP e do CPF(MF) sob n.º 533.922.053-20, residente e domiciliado na Rua Augusto dos Anjos, n.º 294 – casa 03 – Parque Piratininga – CEP: 08583-000 - Itaquaquecetuba – SP;

EDIMARCIA APARECIDA RODRIGUES SANTOS

Brasileira, Casada, Comerciante, nascida em 10/08/1970, RG sob n.º 22.015.821-6 SSP/SP e do CPF(MF) sob n.º 114.517.238-57, residente e domiciliada na Rua Jaú, n.º 12 – casa 01 – Cidade Soberana – CEP: 07162-500 – Guarulhos – SP;

Pelo presente Instrumento Particular de alteração de contrato social e na melhor forma de direito, na qualidade de únicos sócios componentes da Sociedade Empresária Limitada legalmente constituída denominada TRANSFAX-LOG TRANSPORTES LTDA - ME, com sede e foro jurídico na Rua Umbuzeiro, 56 – Cidade Industrial Satélite de São Paulo – CEP: 07224-010 – Guarulhos – SP, com Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.º 35.221.632.203, em sessão de 10/08/2007, devidamente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ(MF) 09.091.520/0001-21, vem de comum acordo proceder a alteração de seu Contrato Social de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

A Sede da Empresa, que funcionava na Rua Umbuzeiro, 56 – Cidade industrial Satélite de São Paulo – CEP: 07224-010 – Guarulhos – SP, passa neste ato a ser na AVENIDA JOÃO VELOSO DA SILVA, N° 803 – CIDADE JARDIM CUMBICA – CEP: 07180-010 – GUARULHOS – SP.

20.123

Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições estipuladas no primitivo Instrumento Particular de Contrato Social, que não foram expressamente alteradas por este Instrumento.

Fica eleito o foro de **Guarulhos/SP**, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.
E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 03(três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas de ambas as partes conhecidas, e posteriormente para validade ser registrado e arquivado na JUCESP.

Guarulhos, 02 de Julho de 2015

Damião de Melo
DAMIÃO DE MELO
Sócio

Edimarcia Ap Rodrigues Santos
EDIMARCA APARECIDA RODRIGUES SANTOS
Sócia

Testemunhas:

Francisco Cláecio Sampaio Fiúza
FRANCISCO CLÁECIO SAMPAIO FIUZA
RG 24.582.668-3 SSP/SP

Carla Adriana da Silva Fiúza
CARLA ADRIANA DA SILVA FIUZA
RG 24.332.574-5 SSP/SP



20.12

VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

1508990066

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: FABIO HORI YONAMINE

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF:
17256000 SSP/SP

CPF: 163.120.278-21 DATA NASCIMENTO: 15/06/1972

RUAÇÃO: JOSE YONAMINE

MASSAMI HORI YONAMINE

PERMISSÃO: AOC CAT. HAB.: B

Nº REGISTRO: 01352221520 VALIDADE: 10/05/2021 1ª HABILITAÇÃO: 14/08/1990

OBSERVAÇÕES:

José yonamine

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: SAO PAULO, SP DATA EMISSÃO: 30/08/2017

Well

PROIBIDO PLASTIFICAR

1508990066

SÃO PAULO

AUTENTICAÇÃO

AU10344X0154518

COLÉGIO MUNICIPAL
150883
Autenticação
Fábio Hori Yonamine
Massami Hori Yonamine
Fabricio Góes
Daniela de Paula
Dra. Rosângela Pereira
Dra. Ana Paula
Dra. Cecília Monteiro

Valido
Recebido
US

Autenticado
neste dia 20/12/2012
Maria Lúcia da Silva
Fábio Góes
Daniela de Paula
Dra. Cecília Monteiro

20.125

EXMO. SR. DR JUIZ DE DIREITO DA 7^a VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001

VELEIRO COMERCIO DE TINTAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 13.769.316/0001-94, com sede na Rua Padre Francisco Pita, 920, Jardim das Oliveiras, Fortaleza, CE, CEP: 60821-050 e **ZEUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADO**, inscrito no CNPJ/MF nº 30.283.991/0001-28, neste ato representado na forma do seu regulamento por sua administradora, SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A., instituição financeira privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.285.390/0001-40, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.355, 3º andar, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, vem, respeitosamente, ambas representadas por seu advogado que esta subscreve (docs. 1), nos autos da Recuperação Judicial em epígrafe, proposta por **Galvão Participações S.A – Em Recuperação Judicial e Galvão Engenharia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Grupo Galvão”)**, à presença de V. EXA. Informar e requerer o que segue:

Através de petição data de 04 de junho de 2019 informou que, de acordo com o que facilita o disposto nos artigos 286 e seguintes do Código Civil, a **VELEIRO COMERCIO DE TINTAS EIRELI - ME** cedeu, integralmente, à **ZEUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, todos os diretos do seu crédito arrolado na relação de credores do presente processo, conforme Instrumento Particular de Cessão de Crédito sem Coobrigação.

20.126

Dessa forma, **ZEUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS**, em consequência da cessão realizada, passou a ser titular de todos os direitos do crédito detido pela **VELEIRO COMERCIO DE TINTAS EIRELI - ME** contra as **Recuperandas**, que já foram notificadas sobre tal cessão, conforme notificação anexa.

Contudo, em contato com o responsável pelos pagamentos dos créditos da recuperanda, foi informado que o pagamento do crédito cedido não seria efetivado por ausência de documentação, mais especificamente, o contrato de cessão.

Vale ressaltar que, conforme supramencionada, as recuperandas foram notificadas pelos requeridos, ambos, também naquele ato, representados pelo mesmo patrono, o qual esta subscreve, sobre a referida cessão nos termos do artigo 290 do Código Civil:

"Art. 290 - A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita."

Dessa forma, o artigo supracitado menciona tão somente a notificação ao devedor, não exigindo a apresentação do Instrumento de Cessão ao devedor, o qual, por sua vez, pode constar termo de sigilo convencionado entre as partes. Vale ressaltar ainda que a notificação em comento, foi apresentada pelos dois envolvidos na operação, cedente e cessionário.

Assim, tendo em vista a ciência das recuperandas da cessão informada, a notificação se mostrou eficaz, no caso, dar ciência ao devedor da cessão do crédito arrolada na relação de credores pela requerente Veleiro Comércio de Tinta Eireli – ME (cedente) em favor de Zeus Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (cessionário).

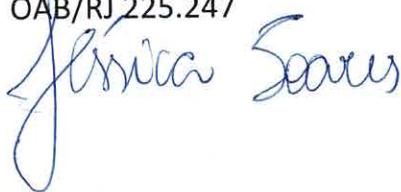
20.6.27

Por fim, requerem a intimação das recuperandas e administrador judicial para conhecimento, bem como seja determinado ao Cartório a retirada da **VELEIRO COMERCIO DE TINTAS EIRELI - ME** e inclusão de **ZEUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - CNPJ/MF 30.283.991/0001-28**, nos registros deste processo, efetivando todo pagamento a ser realizado, diretamente em conta de sua titularidade, qual seja, **conta corrente 42567-5, agência 0001, cadastrada no Banco Paulista (611)**, bem como devendo todas as intimações no Diário de Justiça serem realizadas em nome do advogado Thiago Pirett Pereira, inscrito na OAB/SP sob nº 328.447, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, 1.544, Mezanino, São Paulo – CEP 04547-006, sob pena de nulidade.

Nestes termos,
p. deferimento.

São Paulo, 28 de junho de 2019.

Jéssica Soares
OAB/RJ 225.247



20.328

DOC. 1

20.129

SUBSTABELECIMENTO

THIAGO PIRETT PEREIRA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP sob o n. 328.447, com escritório situado a Rua Gomes de Carvalho, 1.544, Mezanino, São Paulo – CEP 04547-006, substabelece com reservas de poderes, em favor de JESSICA SOARES, brasileira, advogada inscrita na OAB/RJ sob o n. 225.247, outorgando-lhe os poderes conferidos a mim por **ZEUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADO** para atuação judicial nos autos do processo n. 0093715-69.2015.8.19.0001, em trâmite na 7^a Vara Empresarial da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com objetivo específico de protocolar petições e documentos.

THIAGO PIRETT PEREIRA
OAB/SP 328.447

20.130

SUBSTABELECIMENTO

THIAGO PIRETT PEREIRA, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP sob o n. 328.447, com escritório situado a Rua Gomes de Carvalho, 1.544, Mezanino, São Paulo – CEP 04547-006, substabelece com reserva de poderes, em favor de **JÉSSICA SOARES**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/RJ sob o n. 225.247, outorgando-lhe os poderes conferidos a mim por **VELEIRO COMERCIO DE TINTAS EIRELI – ME** para atuação judicial nos autos do processo n. 0093715-69.2015.8.19.0001, em trâmite na 7^a Vara Empresarial da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com objetivo específico de protocolar petições e documentos.



THIAGO PIRETT PEREIRA

OAB/SP 328.447

20.31

DOC. 2



20.132

SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.
CNPJ 62.285.390/0001-40
NIRE 3530012760-8

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2016

1. LOCAL: sede social da Companhia na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 3º andar, São Paulo, às 10:00 horas. 2. CONVOCAÇÃO: Publicação da edital dispensada, conforme faculta o Art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, em razão do comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social. 3. QUÓRUM: Acionistas representando a totalidade do capital social. 4. COMPOSIÇÃO DA MESA: Escolhido o Sr. Álvaro Augusto Vidal para Presidente da mesa, o qual convideu a mim, Gerson Luiz Mendes de Brito para Secretário. 5. ORDEM DO DIA: Em face das deliberações adotadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20/6/2016; 21/6/2016; 24/6/2016 e 7/7/2016, e diante da necessidade de se alterar algumas decisões que foram tomadas durante os referidos conclave, os acionistas entenderam por bem colocar em pauta a seguinte ordem do dia: (a) deliberar sobre a proposta de exclusão do Artigo 28 do Estatuto Social, relativo ao foro de eleição; que por um lapso já deixou de constar da consolidação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/6/2016 sem que tenha havido a apreciação e deliberação dos acionistas sobre o assunto; (b) retificar a deliberação que alterou o Capítulo III do estatuto social da Companhia, excluindo a qualificação dos cargos dos diretores e modificando a quantidade de diretores que poderão ser eleitos; (c) ratificar a eleição dos diretores da Companhia, detalhando as respectivas atribuições e responsabilidades, nos termos da Instrução nº 558, de 26 de março de 2015, da Comissão de Valores Mobiliários; (d) deliberar sobre a proposta de alteração do artigo 2º e do artigo 4º do estatuto social, conforme redação previamente apresentada aos acionistas; (e) retificar falhas e alterar deliberações contidas nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20/6/2016; 21/6/2016; 24/6/2016 e 7/7/2016 de tal sorte que as deliberações da presente Assembleia Geral Extraordinária consolidem a vontade dos acionistas manifestada nos quatro conclave já citados, especialmente, retificar a menção errônea constante no item (i) da Ordem do Dia da AGE de 24/6/2016, que está feita à AGE de 21/6/2016, para fazer constar a data correta que é 20/6/2016; e (f) autorizar a Companhia a fazer ajustes de redação no estatuto social para conciliação com os vocábulos utilizados nos artigos alterados e ratificados nas quatro Assembleias Gerais já mencionadas e na presente Assembleia Geral, e para atualização do estatuto social e subsequente consolidação.

6. DELIBERAÇÕES: (a) Colocado o primeiro item da ordem do Dia em votação, os acionistas, à unanimidade, aprovaram a exclusão do Estatuto Social do Artigo 28, renomeando-se o seguinte. (b) Colocado o segundo item da Ordem do Dia em votação, os acionistas, à unanimidade, retificaram a aprovação dada em relação a alteração integral do Capítulo III do estatuto social da Companhia. O texto do Capítulo III, apreciado e integralmente aprovado pelos acionistas é o seguinte: "CAPÍTULO III
ADMINISTRAÇÃO - Artigo 8º. A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 15 (quinze) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Parágrafo 1º. O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data de posse da nova Diretoria. Parágrafo 2º. Em caso de vaga de qualquer dos cargos da Diretoria, o substituto será escolhido pela Diretoria com mandato até a primeira Assembleia Geral, que elegerá o substituto definitivo, coincidindo o seu mandato com o do Diretor substituído. Parágrafo 3º. Nos seus impedimentos, faltas ou ausências temporárias, os Diretores impedidos ou faltantes,

06 DE REGISTRO DE PESSOAS NATURAIS DO
ESTADO DE SÃO PAULO - S.P.
07 - AVENIDA DA LIBERDADE - 1010
ESTATUTO ELETRÔNICO DE IDENTIFICAÇÃO
E AUTENTIFICAÇÃO
COM FOLHA DE ORIGINAL AUTENTICADA
021-AW0692004

25 AGO. 2016



20.33

indicarão seus respectivos substitutos dentre os Diretores em exercício. Parágrafo 4º. A remuneração da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária que a eleger. Parágrafo 5º. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, após a devida aprovação pela autoridade reguladora e fiscalizadora. Artigo 9º. A representação da Companhia perante terceiros, em julzo ou fato deles, e a prática dos atos necessários a seu regular funcionamento competirão, exclusivamente, a: (I) 2 (dois) Diretores em conjunto; (II) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com expressos e especiais poderes; ou (III) 2 (dois) procuradores com expressos e especiais poderes, respeitadas as limitações do Parágrafo 1º abaixo. Parágrafo 1º. Para a outorga de procurações, a Companhia deve estar representada por 2 (dois) Diretores em conjunto. As procurações outorgadas em nome da Companhia, exceção as que conferem poderes ad-judicia, deverão especificar os poderes conferidos, bem como, constar prazo de validade definido. Na ausência de prazo de validade considerar-se-á como vencida no dia 31 de dezembro do exercício no qual tenha sido outorgada. Parágrafo 2º. Atos relativos a bens imóveis da Companhia, como a alienação, cessão de direitos, hipoteca, permuta, transferência de propriedade fiduciária ou qualquer outra forma de oneração ou disposição, poderão ser praticados pela Companhia, representada pelo seus Diretores nos termos do caput desse Artigo, independentemente da prévia autorização dos Acionistas. Parágrafo 3º. Fica vedada a prática de atos de favores pelos Diretores em nome da Companhia, em favor de seus parentes ou de qualquer terceiro, sendo nulos, de pleno direito, os atos praticados contra a presente disposição. Artigo 10. A Diretoria compete (I) zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias; (II) convocar as Assembleias Gerais, o Conselho Fiscal e seus suplentes, quando necessário, (III) executar as deliberações daqueles órgãos, e (IV) organizar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária o Relatório Anual das Operações da Companhia. Artigo 11. A Diretoria se reunirá sempre que os interesses societários o exigirem, na sede da Companhia ou em suas dependências. As deliberações serão tomadas, sempre, por maioria absoluta de votos. Em razão da aprovação da nova redação para o Capítulo III do estatuto social da Companhia, fica autorizada a substituição do Capítulo existente pelo Capítulo ora aprovado, eliminando-se os artigos 9º a 16 do Estatuto Social e renumerando-se os artigos a partir do 17 até 28, que passarão a ser os atuais 9º a 20: (c) Colocado o terceiro item da Ordem do Dia, os acionistas, também à unanimidade, ratificaram a eleição dos seguintes Diretores: Matthieu Marie Rodol, francês, casado, gestor de Investimentos, RNE nº V456570-U e CPF nº 232.456.658-30, com domicílio nesta Capital, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1356 - 3º andar, a quem ficou atribuída a responsabilidade pela atividade de gestão de recursos de terceiros; Daniel Dall Lemos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 26.239.583-0 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 275.605.768-18, para quem foi atribuída as responsabilidades pela atividade de administração fiduciária, de distribuição e de suitability; Gerson Luiz Mendes de Brito, brasileiro, divorciado, contabilista, portador da cédula de identidade RG nº 5.720.162-6 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 037.453.768-20, que recebeu as atribuições e assumiu as responsabilidades pelo cumprimento das regras, políticas, procedimentos e controles internos a serem utilizados pelos administradores e colaboradores da Companhia no uso de informações a que tenham acesso no exercício de suas funções, pela manutenção do sigilo e segregação de informações disponíveis, pela conscientização das consequências da inobservância das normas e procedimentos da Companhia (Compliance); gestão e acompanhamento dos riscos de mercado (Riscos) e pelas políticas, procedimentos e controles internos relativos à prevenção da utilização dos sistemas financeiro e de capitais à prática de crimes de ocultação de bens, direitos e valores ou "lavagem" de recursos oriundos desses crimes ou destinados ao financiamento do terrorismo (PLD), tudo em conformidade com a Instrução da CVM nº 558, de 26 de março de 2015. (d) Os acionistas, à unanimidade, aprovaram dar nova redação aos artigos 2º e 4º do estatuto social que passarão a ter os seguintes textos:

DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DO SUSSESTITUTO DO BRASIL - SÉ PÁGINA 89
DO SUSSESTITUTO DA DUNHA - OFICIAL
AUTENTICO ESTA CÓPIA REPROGRÁFICA
PODE SER OBRIGATÓRIA NA APRESENTAÇÃO
DA FOLHA.

29 AGO. 2016



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DO SUSSESTITUTO DO BRASIL - SÉ PÁGINA 89
DO SUSSESTITUTO DA DUNHA - OFICIAL
AUTENTICO ESTA CÓPIA REPROGRÁFICA
PODE SER OBRIGATÓRIA NA APRESENTAÇÃO
DA FOLHA.
1021 AW 0832818



20.134

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 3º andar. CEP 01452-002. **Artigo 4º.** A Companhia tem como objeto social: (i) operar, com exclusividade, no recinto ou em sistema manídeo pela Bolsa de Valores; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, observada, neste último caso, quando se tratar de valores mobiliários, regulamentação específica da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (iii) encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado; (iv) encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; (v) incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cauções, de recebimento e pagamento de resgate, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; (vi) exercer funções de agente fiduciário; (vii) operar em contas correntes com seus clientes, não movimentáveis por cheque; (viii) administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários; (ix) instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, de acordo com regulamentação específica do Banco Central do Brasil e da CVM; (x) exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures; (xi) prestar serviços de assistência técnica a clientes em operações de financiamento, empréstimo e/ou câmbio; (xii) intermediar em operações de câmbio; (xiii) conceder a seus clientes financiamento para a compra de valores mobiliários, bem como, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), observada a regulamentação específica da CVM e do Banco Central do Brasil; (xiv) exercer atividades de compra e venda de ouro, à vista e a termo; (xv) exercer atividades de intermediação em Boites de Mercadorias, à vista e a termo; (xvi) praticar operações de compra e venda no mercado físico de metais preciosos por conta própria ou de terceiros; (xvii) praticar operações de câmbio manual; (xviii) exercer outras atividades expressamente autorizadas pela CVM e pelo Banco Central do Brasil; e (xix) distribuir títulos e valores mobiliários dos fundos de investimentos sob gestão da Companhia. (e) Em relação ao quarto item da Ordem do Dia, os acionistas, novamente à unanimidade, decidiram retificar a menção contida no item (i) da Ordem do Dia da AGE de 24/6/2016, que está erroneamente feita à AGE de 21/6/2016, para fazer constar a data correta que é 20/6/2016. Em face das deliberações tomadas à unanimidade e roteadas nos itens (a), (b), (c) e (d) da presente ata, os acionistas dão por retificadas as falhas e por alteradas as deliberações contidas nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20/6/2016; 21/6/2016; 24/6/2016 e 7/7/2016 de tal sorte que as deliberações da presente Assembleia Geral Extraordinária consolidam a vontade dos acionistas manifestada nos concíves de 20/6/2016; 21/6/2016; 24/6/2016 e 7/7/2016 com os ajustes necessários, para a boa ordem dos atos societários e do funcionamento orgânico da Companhia. (f) Ainda, como item final da ordem do dia, os acionistas, novamente à unanimidade, decidiram autorizar a Companhia a fazer ajustes de redação no estatuto social para conciliação com os vocábulos utilizados nos artigos alterados e ratificados nas quatro Assembleias Gerais já mencionadas e na presente Assembleia Geral. Diante das alterações no estatuto social que foram aprovadas e da aprovação geral para ajustes de pequena escala, ficou aprovado o novo estatuto social já devidamente consolidado, que integra a presente ata como anexo I. 7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados.

FIEL DÀ LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO.

Alvaro Augusto Vidigal – Presidente



REGISTRO DE PESSOAS NATURAIS DO
ESTADO DE SÃO PAULO - SP
OR. CRVANADA DA CLÉMICA - OFICIAL
AUTENTICAÇÃO DA COPIA FOTOGRÁFICA
DO SEU DOCUMENTO ORIGINAL FICOU APRESENTADO
DIA 29/08/2016

29 AGO. 2016



021AW0802832

20.135

ANEXO I A AGE DE 08.08.2016

"ESTATUTO SOCIAL DA SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S/A"

CNPJ/IMF Nº 62.285.390/0001-40 - NIRE 35.300.127.609 - CAPÍTULO I -
DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO - Artigo 1º. Sob a
 denominação de SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S/A, fica
 constituída esta Companhia que se rege pelo presente Estatuto Social e, nos casos
 omissos, pela legislação em vigor. Artigo 2º. A Companhia tem sede e fuso na cidade
 de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 3º
 andar, CEP 01452-002. Parágrafo Único. Observadas as prescrições legais e
 regulamentares, a Companhia poderá abrir e extinguir agências, dependências ou filiais
 em qualquer ponto do País, por deliberação e critério de sua Diretoria. Artigo 3º. A
 Companhia tem duração por prazo indeterminado. Artigo 4º. A Companhia tem como
 objeto social: (i) operar, com exclusividade, no recinto ou em sistema mantido pela Bolsa
 de Valores; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou
 por conta própria, observada, neste último caso, quando se tratar de valores mobiliários,
 regulamentação específica da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); (iii)
 encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado; (iv) encarregar-se da
 administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; (v) incumbir-se
 da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de
 cauças, de recebimento e pagamento de resgate, juros e outros proventos de títulos e
 valores mobiliários; (vi) exercer funções de agente fiduciário; (vii) operar em contas
 correntes com seus clientes, não movimentáveis por cheque; (viii) administrar recursos
 de terceiros destinados a operações com valores mobiliários; (ix) instituir, organizar e
 administrar fundos e clubes de investimento, de acordo com regulamentação específica
 do Banco Central do Brasil e da CVM; (x) exercer as funções de agente emissor de
 certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de
 ações e cédulas pignoratórias de debêntures; (xi) prestar serviços de assistência técnica
 a clientes em operações de financiamento, empréstimo e/ou câmbio; (xii) intermediar
 em operações de câmbio; (xiii) conceder a seus clientes financiamento para a compra
 de valores mobiliários, bem como, emprestar valores mobiliários para venda (conta
 margem), observada a regulamentação específica da CVM e do Banco Central do Brasil;
 (xiv) exercer atividades de compra e venda de ouro, à vista e a termo; (xv) exercer
 atividades de intermediação em Bolsas de Mercadorias, à vista e a termo; (xvi) praticar
 operações de compra e venda no mercado físico de metais preciosos por conta própria
 ou de terceiros; (xvii) praticar operações de câmbio manual; (xviii) exercer outras
 atividades expressamente autorizadas pela CVM e pelo Banco Central do Brasil; e (xix)
 distribuir títulos e valores mobiliários dos fundos de investimentos sob gestão da
 Companhia. Artigo 5º. É vedado à Companhia: (i) distribuir títulos e valores mobiliários
 de sociedades privadas não registradas na Comissão de Valores Mobiliários, ou títulos
 cuja venda tenha sido suspensa ou proibida por esse órgão; (ii) divulgar informações
 falsas, manifestamente tendenciosas ou imprecisas, a fim de incrementar a venda ou
 influir no curso dos títulos ou valores mobiliários; (iii) consorciar-se com a finalidade de
 influir no curso de títulos e valores mobiliários, provocando oscilações artificiais de seu
 preço; (iv) adquirir bens imóveis não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em
 liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deve vendê-los dentro
 do prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável, a critério do Banco
 Central do Brasil; e (v) emitir cheques na forma do Decreto nº 24.777, de 14 de julho
 de 1934. - CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL - Artigo 6º. O capital social, totalmente
 subscrito e integralizado, é de R\$66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais),
 dividido em 3.200 (três mil e duzentas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

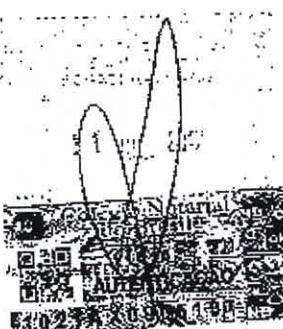
DA DE REGISTRO DAS PESSOAS NATUREZA DO
 111 SUBSIDIÁRIO AUTENTICA - 000 PUCP - SP
 DR. TUTTILO PREUNMA - OFICIAL
 AUTOMÓVEL ESTADO VILA REBOUÇA
 CÔMERCIO E INDUSTRIA, ALCAPRESENTADO
 SOUTE

2.9 AGO. 2016

1. JUSTIÇA FEDERATIVA DO BRASIL, SUL
 2. AUTORIDADE AUTORIZADA A AUTENTICAR
 3. AUTENTICO

021AW0492946

Parágrafo 1º. As ações não serão representadas por cauções, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas. Parágrafo 2º. Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais dos acionistas. Parágrafo 3º. A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral, criar classes de ações ou aumentar o número de ações das classes existentes, ou, ainda, criar ações preferenciais de uma ou mais classes, sem guardar proporção com as demais classes ou espécies existentes, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) de ações preferenciais sobre o total de ações emitidas. Artigo 7º. O acionista que desejar ceder ou transferir suas ações ou direitos de subscrição a outros acionistas ou a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, deverá notificar os demais acionistas da Companhia, por escrito, para que tais acionistas possam, em igualdade de condições e na proporção de suas respectivas participações no capital social, ajustadas pela exclusão da participação do acionista ofertante, exercer o direito de preferência para a aquisição das ações ou direitos de subscrição ofertados. Parágrafo 1º. A notificação de que trata o caput deste Artigo deverá conter a identidade e qualificação do(s) terceiro(s) interessado(s) na aquisição das ações ou direitos de subscrição, o preço oferecido, a forma de pagamento e os demais termos e condições aplicáveis à oferta. Na hipótese de o terceiro interessado na aquisição das ações ou direitos de subscrição ser pessoa jurídica, a notificação de que trata este Parágrafo deverá conter, ainda, a indicação do respectivo sócio ou acionista controlador, aplicando-se, nesse particular, a definição estabelecida nos Artigos 118 e 243, §2º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). Parágrafo 2º. Os acionistas notificados nos termos do Parágrafo anterior poderão exercer o direito de preferência previsto no caput deste Artigo no prazo de 30 (trinta) dias, tratando-se de ações, e de 15 (quinze) dias, tratando-se de direitos de subscrição, contados, em qualquer caso, do recebimento da referida notificação. Parágrafo 3º. Na comunicação de que trata o Parágrafo 1º, supra, o acionista notificado que vier a, através dela, manifestar o exercício de seu direito de preferência sobre a quantidade de ações ou direitos de subscrição ofertados que lhe caiba nos termos do caput deste Artigo, in fine, supra, deverá declarar, ademais, seu eventual interesse na aquisição de sobras de ações ou direitos de subscrição ofertados, decorrentes do não exercício do direito de preferência por outros acionistas notificados, indicando a quantidade máxima de sobras de ações ou de direitos de subscrição que se dispõe a adquirir. Tais sobras, se houver, serão automaticamente alocadas entre os acionistas notificados que houverem manifestado interesse nelas, na forma do disposto neste Parágrafo 3º, na proporção de suas respectivas participações no capital social, e devidamente ajustada pela exclusão da participação de todos os demais acionistas, e observado o limite do interesse de cada um na aquisição das sobras, restando os acionistas notificados, a partir da declaração do exercício do direito de preferência, irremetavelmente obrigados a adquirir as ações ou direitos de subscrição sobre os quais houver recado sua manifestação, inclusive as sobras, se for o caso. Parágrafo 4º. Decorrido o prazo a que se refere o Parágrafo 2º, supra, sem que os acionistas notificados exerçam o seu direito de preferência sobre a totalidade das ações ou direitos de subscrição ofertados, a alienação das ações ou direitos de subscrição remanescentes poderá ser contratada pelo acionista ofertante com o(s) terceiro(s) interessado(s), nos 60 (sessenta) dias subsequentes, nas exatas condições da oferta original. Decorrido esse prazo sem que se efetiva a transferência, ou caso sejam alteradas, a qualquer tempo, por negociação ou qualquer outro motivo, quaisquer condições da oferta original, o acionista ofertante, se ainda desejar alienar suas ações ou direitos de subscrição, deverá renover o procedimento estabelecido neste Artigo. Parágrafo 5º. O direito de preferência previsto neste Artigo deverá ser averbado no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e será aplicável também em caso de alienação ou transferência de títulos conversíveis em ações ou direitos de subscrição que venham a ser emitidos pela Companhia. Serão nulos e ineficazes os títulos emitidos em desacordo com as regras acima mencionadas.



realizados com violação ao direito de preferência disciplinado neste Estatuto Social ou com violação a eventuais outras restrições à circulação das ações da Companhia devidamente averbadas em seus livros. Parágrafo 8º. Não se aplica o direito de preferência previsto neste Artigo às vendas, cessões, transferências ou alienações a qualquer título em que os respectivos adquirentes forem sociedades controladas, direta ou indiretamente, conjunta ou isoladamente, pelo acionista ofertante, considerando-se, para tanto, a definição constante dos Artigos 118 e 243, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. O direito de preferência voltará a ser imediatamente aplicável em caso de alienação ou modificação, direta ou indireta, do controle societário da sociedade que tiver recebido ações de emissão da Companhia, sem observância do direito de preferência, ao abrigo desse Parágrafo 8º. Caso tal alienação ou modificação de controle ocorra sem a observância do direito de preferência estabelecido neste Artigo, a Assembleia Geral, tão logo tome conhecimento do ocorrido, poderá suspender os direitos do acionista que tiver descumprido o presente Artigo, nos termos do Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações. Nessa deliberação, o acionista cujos direitos forem objeto da proposta de suspensão não poderá participar, nos termos do Artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO - Artigo 8º. A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 15 (quinze) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Parágrafo 1º. O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data de posse da nova Diretoria. Parágrafo 2º. Em caso de vaga de qualquer dos cargos da Diretoria, o substituto será escolhido pela Diretoria com mandato até a primeira Assembleia Geral, que elegerá o substituto definitivo, coincidindo o seu mandato com o do Diretor substituído. Parágrafo 3º. Nos seus impedimentos, faltas ou ausências temporárias, os Diretores impeditidos ou faltantes, indicarão seus respectivos substitutos dentro os Diretores em exercício. Parágrafo 4º. A remuneração da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária que a eleger. Parágrafo 5º. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, após a devida aprovação pela autoridade reguladora e fiscalizadora. Artigo 9º. A representação da Companhia perante terceiros, em juízo ou fora dele, e a prática dos atos necessários a seu regular funcionamento competirão, exclusivamente, a: (i) 2 (dois) Diretores em conjunto; (ii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com expressos e especiais poderes; ou (iii) 2 (dois) procuradores com expressos e especiais poderes, respeitadas as limitações do Parágrafo 1º abaixo. Parágrafo 1º. Para a outorga de procurações, a Companhia deve estar representada por 2 (dois) Diretores em conjunto. As procurações outorgadas em nome da Companhia, exceção as que conferem poderes "ad-judicia", deverão especificar os poderes conferidos, bem como, conter prazo de validade definido. Na ausência de prazo de validade considerar-se-á como vincenda no dia 31 de dezembro do exercício no qual tenha sido outorgada. Parágrafo 2º. Atos relativos a bens imóveis da Companhia, como a alienação, cessão de direitos, hipoteca, permuta, transferência da propriedade fiduciária ou qualquer outra forma de oneração ou disposição, poderão ser praticados pela Companhia, representada pelo seus Diretores nos termos do caput deste Artigo, independentemente de prévia autorização dos Acionistas. Parágrafo 3º. Ficá vedada a prática de atos de favores pelos Diretores em nome da Companhia, em favor de seus pais ou de qualquer terceiro, sendo nulos, de pleno direito, os atos praticados contra a presente disposição. Artigo 10. À Diretoria compete (i) zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias; (ii) convocar as Assembleias Gerais, o Conselho Fiscal e seus suplentes, quando necessário, (iii) executar as deliberações daqueles órgãos, e (iv) organizar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária o Relatório Anual das Operações da Companhia. Artigo 11. A Diretoria se reunirá sempre que os interesses societários o exigam, na sede da Companhia ou em suas dependências. As deliberações serão tomadas, sempre por maioria absoluta de votos. **CAPÍTULO IV – CONSELHO FISCAL** - Artigo 12. A Companhia terá um conselho fiscal de caráter não permanente, composto de 3 (três)

A DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CO
137 SUBSIDIÁRIO DA COMPANHIA SÃO PAULO - SP
2º EXEMPLAR DA CUNHA - OFICIAL
3º EXEMPLAR SÉTA CORTE REPROGÁTICA
4º EXEMPLAR CORONEL ALVIM ADRESSEADO

29 AGO. 2016



01 GUSTAVO DIAS NORONHEUS GARCIA SOBRAL
02 ADRIANO LIMA SOARES MORAES SANTOS
03 JOSÉ CARLOS VIEIRA DA FRANCA JOSÉ DA CUNHA
04 MARCOS VIANA SOUZA BELLO DE JESUS MACHADO

118337-00000
AUTENTIFICAÇÃO DE
1021AW0892913

20.138

membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, devendo sua eleição e instalação obedecer aos preceitos da legislação pertinente.

Parágrafo Único. O conselho fiscal, quando eleito e instalado, terá a incumbência atribuída por lei e a remuneração de seus membros efetivos será fixada pela Assembleia Geral que o eleger, de acordo com a lei.

CAPÍTULO V - ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 13. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, e extraordinariamente sempre que os interesses o exigirem.

Parágrafo 1º. A Assembleia Geral, convocada de acordo com a lei e os estatutos, será presidida por um Diretor da Companhia, indicado pela maioria dos acionistas presentes, o qual escolherá, dentro os mesmos acionistas, um secretário.

Parágrafo 2º. Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por outros acionistas, mediante mandato expresso, cujo instrumento ficará em poder da Companhia.

Parágrafo 3º. As deliberações das assembleias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS - Artigo 14. O exercício social terá início em 1º de Janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. O Balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único. O Balanço anual de 31 de dezembro, antes de ser submetido à apreciação da Assembleia Geral Ordinária, deverá ser obrigatoriamente certificado por uma firma de Auditores Independentes de escolha da Diretoria.

Artigo 15. Do resultado do exercício, serão deduzidos: (a) os prejuízos acumulados, se houver; (b) a provisão para o Imposto de Renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido; e (c) a participação da Diretoria, nos limites estipulados pelo Artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Do lucro líquido apurado após as deduções previstas neste Artigo, serão destinados sucessivamente e nesta ordem: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) constituição de Reservas para Contingências, na forma prevista em lei; (iii) 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas a título de dividendo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; (iv) 10% (dez por cento) deverá ser destinado para constituição de reserva estatutária destinada a assegurar adequada margem operacional à Companhia, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social; e (v) o eventual saldo remanescente terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 1º. A Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis, poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em Assembleia Geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do caput deste Artigo.

Artigo 16. O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições previstas no Artigo 15, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva Estatutária de Lucros.

CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO - Artigo 17. A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

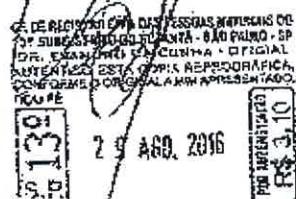
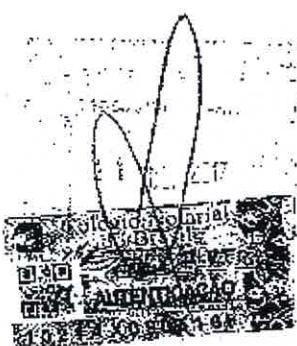
Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e um conselho fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS - Artigo 18. A qualquer tempo, a sociedade poderá transformar-se em outra forma jurídica por decisão majoritária da Assembleia Geral.

Artigo 19. A Companhia respeitará e obedecerá aos termos dos acordos de acionistas desde que estejam arquivados em sua sede.

Artigo 20. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei das Sociedades por Ações, bem como outras normas legais que lhe forem aplicáveis.

São Paulo, 08 de agosto de 2016



20.139

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 16325 /2016 -BCB/Deonf/GTSP1
Pt 1601617453

São Paulo, 23 AGO 2016

À

Socópia Sociedade Corretora Paulista S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 3º Andar – Jardim Paulistano
01452-002 São Paulo – SP
At. Srs. Alvaro Augusto Vidigal e Gerson Luiz Mendes de Brito - Diretores

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou os assuntos a seguir especificados, conforme deliberado nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 20 de junho de 2016, de 21 de junho de 2016, de 24 de junho de 2016, de 7 de julho de 2016 e de 8 de agosto de 2016:

a) eleição do Sr. Matthieu Marie Alain Rodel, CPF 232.456.658-30, para o cargo de Diretor, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2017;

b) reforma estatutária.

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse do eleito, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Sisort 4.14.70 (www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL).

3. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Atenciosamente,

Marcelo D. Rodrigues
Marcelo Alexandre Rodrigues
Gerente-Técnico

Renato Saigado Beato
Renato Saigado Beato
Coordenador

Anexos: 5 documentos; 17 folhas.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica em São Paulo (GTSP1)
Av. Paulista, 1.004 – 2º andar – 01310-922 São Paulo
Tel.: (11) 3491-0115, 2491-6815, 8401-8820
E-mail: gtsp1_denni@bcb.gov.br

ON DE REGISTRO DE PESSOAS NATURAIS
1º SUBDISTRÍTULO DE SANTANA - SÃO PAULO - SP
DR. EVANORO DA CUNHA - OFICIAL
ALFERES ESTA COPIA REPROGRÁFICA
CONFERIR O ORIGINAL NA AUTUAÇÃO ENTREGUE.
DOD/PE
GTS/SP
29 AGO 2016

GESTÃO DAS HORAIS E GARANTIAS AUT.
 REGISTRO LEVANTAMENTO DE SERVIÇOS AUT.
 CADASTRO PESO-PONTOS AUT.
MUNICÍPIO: SANTANA - SP - 04010-000

021-AW0892727
AUTENTICAÇÃO
021-AW0892727

20.40

São Paulo, 31 de março de 2017

A

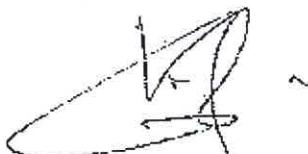
SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.

Assembleia de Acionistas

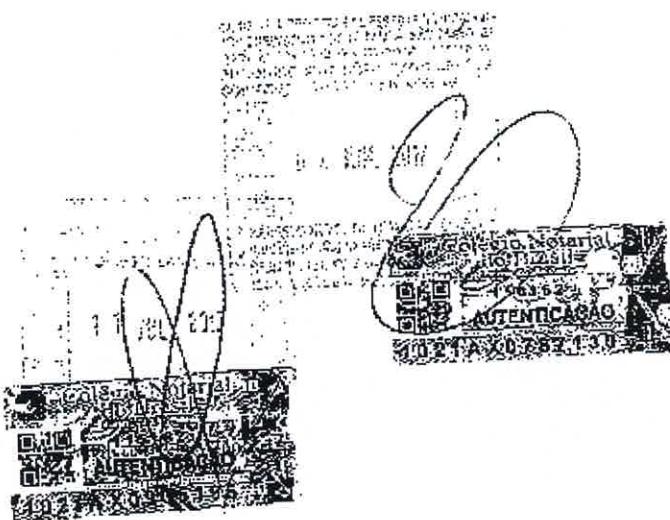
Prezados senhores,

Venho pela presente comunicar minha decisão irrevogável de renunciar ao cargo de Diretor dessa Sociedade, para o qual fui eleito em 21 de junho de 2016.

Atenciosamente,



MATTHIEU MARIE ALAIN RODEL



20.941

JUCESP PROTOCOLO
0.408.876/17-7

SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAU
CNPJ 62.285.390/0001-40
NIRE 3530012760-9



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2017

1. LOCAL: Sede Social, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 3º andar - São Paulo, às 10:00 horas. 1. **CONVOCAÇÃO:** Publicação de editais dispensada, conforme faculta o Artigo 124 Parágrafo 4º da Lei 6404/76, em razão do comparecimento dos acionistas representando a totalidade do Capital Social. 2. **QUÓRUM:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social. 3. **INSTALAÇÃO:** Instalada pelo Sr. Alvaro Augusto Vidigal. 4. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Encolhido o Sr. Alvaro Augusto Vidigal para Presidente da mesa, o qual convidou a mim, Gerson Luiz Mendes de Brito para secretário. 5. **ORDEM DO DIA PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** (i) a eleição do Sr. MARCELO ALVES VAREJÃO, brasileiro, divorciado, gestor de investimentos, Carteira de Identidade RG nº 171.024-3 – SSP/ES e CPF nº 055.383.047-36, com domicílio nesta Capital, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355 – 3º andar, para o cargo de Diretor de Gestão da Sociedade, cujos honorários serão fixados pela diretoria. O vencimento do mandato do diretor ora eleito se dará no dia da posse da diretoria eleita pela AGO de 2017, e, (ii). Outros assuntos. – 6. **DELIBERAÇÕES:** - Por unanimidade, respeitados os impedimentos de lei, foi aprovada: (i) a eleição do Sr. Marcelo Alves Varejão para o cargo de Diretor de Gestão da Sociedade. *O Diretor ora eleito apresentou a declaração de que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, a qual se encontra arquivada na sede da sociedade;* e, (ii) outros assuntos: não houve; 7. **ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas presentes, por mim, Secretário e pelo Sr. Presidente; aa) pelo acionista Banco Paulista S.A. - Gerson Luiz Mendes de Brito e Luiz Fonseca de Souza Meirelles; Alvaro Augusto Vidigal – Presidente e Gerson Luiz Mendes de Brito – Secretário. A PRESENTE ATA É CÓPIA FIEL DA LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO.

JUCESP

27 ABR 2017

Gerson Mendes
Alvaro Augusto Vidigal - Presidente



JUCESP

20.942

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 4871
Pt 1701627607

/2017-BCB/Derof/GTSP1

São Paulo, 21 MAR 2017

À

Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 3º Andar - Jardim Paulistano
01452-002 São Paulo - SP
At. Srs. Alvaro Augusto Vidigal e Gerson Luiz Mendes de Brito - Diretores

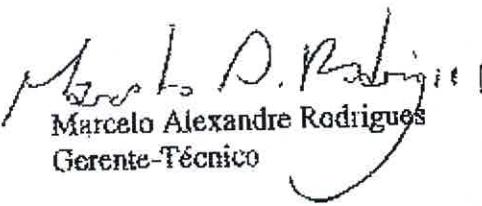
Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

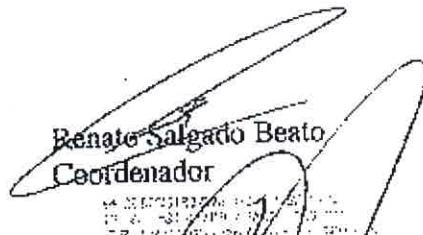
Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou a eleição do Sr. Marcelo Alves Varejão, CPF 055.383.047-36, para o cargo de Diretor, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2017, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2017.

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse do eleito, bem como aletas para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Sisorf 4.14.70 (www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL).
3. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Atenciosamente,


Marcelo Alexandre Rodrigues
Gerente-Técnico


Renato Salgado Beato
Coordenador



Anexo: 1 documento; 1 folha.

20.43

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 4871 /2017-BCB/Deorfl/GTSPI
Pt 1701627607

São Paulo, 21 MAR 2017

À

Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 3º Andar - Jardim Paulistano
01452-002 São Paulo - SP
At. Srs. Alvaro Augusto Vidigal e Gerson Luiz Mendes de Brito - Diretores

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

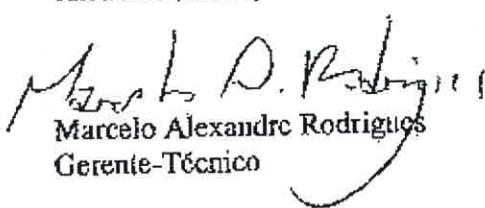
Prezados Senhores,

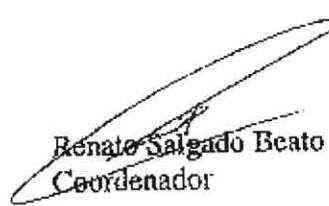
Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou a eleição do Sr. Marcelo Alves Varejão, CPF 055.383.047-36, para o cargo de Diretor, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2017, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2017.

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse do eleito, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Sisorl 4.14.70 (www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL).

3. Anexamos documentação autenticada, para fins de arquivamento no Registro do Comércio.

Atenciosamente,


Marcelo Alexandre Rodrigues
Gerente-Técnico


Renato Salgado Beato
Coordenador

Anexo: 1 documento; 1 folha.



SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.
CNPJ 62.285.390/0001-40

NIRE 3530012760-9

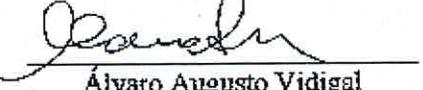
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2017

LOCAL: Sede Social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355 - 3º andar - São Paulo, às 15:00 horas. - **CONVOCAÇÃO:** Publicação de editais dispensada, conforme faculta o Artigo 124 Parágrafo 4º da Lei 6404/76, em razão do comparecimento dos acionistas representando a totalidade do Capital Social. - **QUORUM:** Acionista representando a totalidade do Capital Social. - **INSTALAÇÃO:** Instalada pelo Sr. Alvaro Augusto Vidigal. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Escolhido o Sr. Alvaro Augusto Vidigal para Presidente da mesa, o qual convidou a mim, Homero Amaral Júnior para Secretário. - **CONSELHO FISCAL:** Não instalado no período. - **ORDEM DO DIA PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** i) apreciação do pedido de renúncia do diretor Matthieu Marie Alain Rodel, que foi aceito pela assembleia. O presidente solicitou que constasse em ata o agradecimento ao Sr. Matthieu, pela relevante contribuição durante sua gestão como diretor da Sociedade. - **ORDEM DO DIA PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** i) exame, discussão e deliberação sobre o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial da Sociedade e Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31.12.2016; ii) Apreciação da proposta da Diretoria para não distribuição de dividendos, revertendo-se a provisão para a conta de Reserva Estatutária de Lucros; iii) a eleição da Diretoria para mandato de 03 (três) anos, e, iv) a não instalação do Conselho Fiscal no corrente exercício. - **DOCUMENTOS OFERECIDOS À APRECIAÇÃO DOS PRESENTES:** a) Relatório da Diretoria, Balanços e demais demonstrações financeiras e Pareceres da Auditoria Independente relativos ao exercício findo 31 de dezembro de 2016, devidamente publicados no jornal "Valor Econômico" e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" em 17 de março de 2017. - **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos, respeitados os impedimentos de lei, esta Assembléia aprovou: i) sem reserva, as contas sociais do exercício de 2016, constantes dos demonstrativos financeiros e demais documentos correlatos; ii) a proposta da diretoria para não distribuição de dividendos; iii) a eleição da Diretoria, resultando reeleitos os seguintes diretores, para um mandato de 03 (três) anos: Srs. ALVARO AUGUSTO VIDIGAL, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, RG nº 3.605.386 - SSP/SP e CPF nº 039.214.338-00; ALVARO AUGUSTO DE FREITAS VIDIGAL, brasileiro, casado, corretor de valores, RG nº 21.816.499-3 - SSP/SP e CPF nº 149.225.838-58; DANIEL DOLL LEMOS, brasileiro, casado, analista de investimentos, portador da cédula de identidade RG nº 26.239.563-0 - SSP/SP e do CPF/MF nº 275.605.768-18; GERSON LUIZ MENDES DE BRITO, brasileiro, divorciado, contabilista, RG nº 5.720.162-6 - SSP/SP e CPF nº 037.453.768-20; JEFERSON FANTI, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 22.049.796 - SSP/SP e CPF nº 086.778.128-90; LUIZ FONSECA DE SOUZA MEIRELLES FILHO, brasileiro, casado, bancário, RG nº 4.439.266 - SSP/SP e CPF nº 500.165.638-91; MARCELO ALVES VAREJÃO, brasileiro, divorciado, gestor de investimentos, Carteira de Identidade RG nº 171.024-3 - SSP/ES e CPF nº 055.383.047-36; MARCELO DE TOLEDO GUIMARÃES, brasileiro, casado, economista, RG nº 8.685.970 - SSP/SP e CPF nº 124.932.928-04; MARCELO PEREIRA CARDOSO, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, RG nº 20.042.322-8 - SSP/SP e CPF nº 135.677.078-92; RUI LUIS FERNANDES, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 14.625.015-1 - SSP/SP e CPF nº 046.239.058-61, e, TARCÍSIO RODRIGUES JOAQUIM, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, RG nº 17.583.677-SSP/SP, CPF/MF nº 086.062.468-40, todos com



domicílio nesta Capital, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1500 – 3º andar, para o cargo de DIRETOR, sem designação especial. Os Diretores eleitos apresentaram a declaração, de que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, as quais se encontram arquivadas na sede da sociedade. A duração do mandato da Diretoria ora eleita é de 03 (três) anos, com vencimento no dia da posse da diretoria eleita pela Assembléia Geral Ordinária de 2020, permanecendo os demais cargos vagos até posterior deliberação. Fica fixado, a título de honorários, o teto de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para o presente exercício, sendo de competência da Diretoria, dentro desse limite, estabelecer a remuneração individual dos diretores. O presente limite poderá ser objeto de atualização monetária através dos índices oficiais de inflação, e, iv) a não instalação do Conselho Fiscal no presente exercício. - ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo Sr. Presidente, por mim, Secretário e pelo acionista presente, Banco Paulista S.A., (aa) Alvaro Augusto Vidigal – Presidente, Homero Amaral Júnior – Secretário, pelo acionista: Gerson Luiz Mendes de Brito e Marcelo Pereira Cardoso. A PRESENTE ATA É CÓPIA FIEL DA LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO.

20.945


Alvaro Augusto Vidigal
Presidente




Homero Amaral Júnior
Secretário



BANCO CENTRAL DO BRASIL

20.146

Ofício 0923
Pt 1701628672

/2017-BCB/Deorfi/GTSP1

São Paulo, 24 MAIO 2017

À

Socopa Sociedade Corretora Paulista S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355 – 3º Andar – Jardim Paulistano
01452-002 São Paulo – SP
Al. Srs. Alvaro Augusto Vidigal e Gerson Luiz Mendes de Brito - Diretores

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito.

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou o assunto a seguir especificado, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 31 de março de 2017:

- a) Eleição dos membros da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2020:

CPF	Nome	Cargo
149.225.838-58	Alvaro Augusto de Freitas Vidigal	Diretor
039.214.338-00	Alvaro Augusto Vidigal	Diretor
275.605.768-18	Daniel Doll Lemos	Diretor
037.453.768-20	Gerson Luiz Mendes de Brito	Diretor
086.778.128-90	Jeferson Fauci	Diretor
500.165.638-91	Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho	Diretor
055.383.047-36	Marcelo Alves Varejão	Diretor
124.932.928-04	Marcelo de Toledo Guimarães	Diretor
135.677.078-92	Marcelo Pereira Cardoso	Diretor
046.239.058-61	Rui Luis Fernandes	Diretor
086.062.468-40	Tarcísio Rodrigues Joaquim	Diretor

TA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS / T
12º SUBSEDEIRO DO SISTEMA SÃO PAULO E P
CIN. EVANDRO DA CUNHA - OFICIAL
AUTENTICADO ESTA CÓPIA REPROGRÁFICA
CONFORME O ORIGINAL, AQUI PRESENTADO
DIA 07 DE JUNHO DE 2017

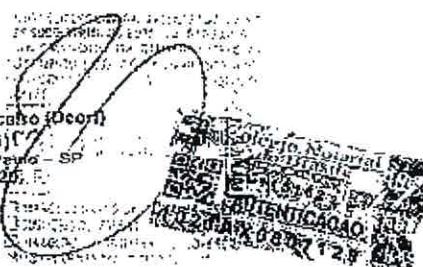
07 JUN. 2017
S.P.
MIGUEL RENÉS DE OLIVEIRA - ESCOLAR
MATERIAL SISTEMA 05/2017
OUTRAS COPIAS DE SISTEMA
ESTAMPA COROADA

07 JUN. 2017
AUTENTICAÇÃO
07 JUN. 2017

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Sisorf 4.14.70 (www.bcb.gov.br/?SFNMANUAL).

3. Nos próximos pleitos de eleição da sociedade, atentar para a correta forma de preenchimento do campo “Novo Prazo de Mandato dos Membros”, no módulo Autorizações do Unicad, conforme definido no Sisorf 4.14.40.20, item 14-h.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deori)
Gerência Técnica em São Paulo (GTSP1)
Av. Paulista, 1.804 – 5º andar – 01310-922 São Paulo – SP
Tel.: (11)3401-8115, 3491-6615, 3491-6820, FAX:
E-mail: gtspt1@bcb.gov.br



20.44

BANCO PAULISTA S.A.
CNPJ 61.820.817

TERMO DE POSSE

Neste dia 22 de maio de 2017, às 15h00min, na sede social do BANCO PAULISTA S.A., compareceram o Sr. ALVARO AUGUSTO VIDIGAL, a fim de tomar posse no cargo de Diretor-Presidente e os Srs. DANIEL DOLL LEMOS, GERSON LUIZ MENDES DE BRITO, JEFERSON FANTI, LUIZ FONSECA DE SOUZA MEIRELLES FILHO, MARCELO DE TOLEDO GUIMARÃES, MARCELO PEREIRA CARDOSO, RUI LUIS FERNANDES e TARCISIO RODRIGUES JOAQUIM, todos com domicílio nesta Capital, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355 – 2º andar, a fim de tomarem posse nos cargos de DIRETORES, para os quais foram eleitos pela Reunião Do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2017 e investiduras homologadas pelo Banco Central do Brasil, conforme correspondência OFÍCIO 8551/2017 – BCB/DEORF/GTSP1 de 19/05/2017 - Processo n.º 1701928670.

Nada mais havendo a tratar, assinam este termo para formalizar a posse.

São Paulo, 22 de maio de 2017.


Alvaro Augusto Vídigal

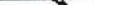
Alvaro Augusto Vídigal


Gerson Luiz Mendes de Brito

Gerson Lázio Mendes de Brito

Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho

Marcelo Pereira Cardoso



Robert Dell Lemos

Daniel Dotl Lemos


Jefferson Fanti

Jefferson Fanti

Marcelo de Toledo Guimarães

Marcelo de Toledo Guimarães


Rui Luis Fernandes

Ricardo Fernandes

Tarcísio Rodrigues Joaquim

EL RECREO DE LA CLASE ESTA EN LA SALA
DE ESTUDIOS COBERTA CON UNA
TELEVISOR ESTA DEDICADA A LOS
ASPECTOS SOCIALES Y CULTURALES
DEL PAÍS.



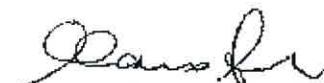
20.148

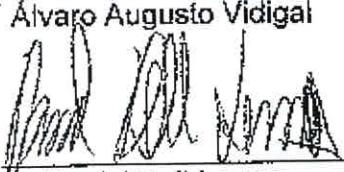
SOCOPA
CNPJ 62.285.390

TERMO DE POSSE

Neste dia 25 de maio de 2017 às 09h00min, na sede social do SOCOPA SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A., compareceram os Srs. ALVARO AUGUSTO VIDIGAL, ALVARO AUGUSTO DE FREITAS VIDIGAL, DANIEL DOLL LEMOS, GERSON LUIZ MENDES DE BRITO, JEFERSON FANTI, MARCELO DE TOLEDO GUIMARÃES, MARCELO PEREIRA CARDOSO, RUI LUIS FERNANDES e TARCÍSIO RODRIGUES JOAQUIM, todos com domicílio nesta Capital, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355 – 3º andar., a fim de tomarem posse nos cargos de DIRETORES, para os quais foram eleitos pela Assembléia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2017 e investiduras homologadas pelo Banco Central do Brasil, conforme correspondência OFÍCIO 8923/2017 – BCB/DEORF/GTSP1 de 24/05/2017 - Processo n.º 1701628672.
Nada mais havendo a tratar, assinam este termo para formalizar a posse.

São Paulo, 25 de maio de 2017.



Álvaro Augusto Vidigal




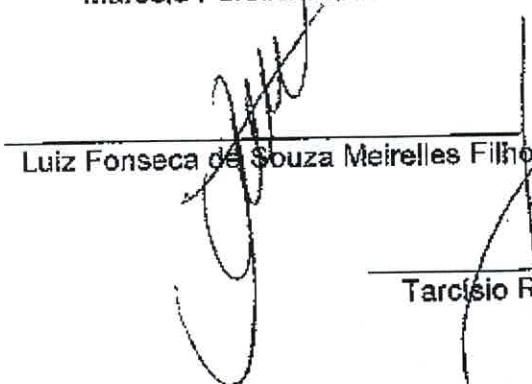
Álvaro Augusto de Freitas Vidigal

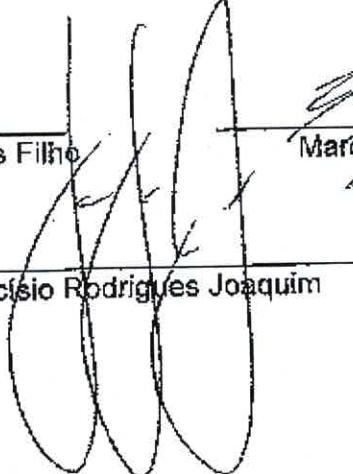



Jeferson Fanti




Marcelo Alves Varejão

Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho


Tarcísio Rodrigues Joaquim



8º TABELIÃO DE NOTAS

SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃO DOUGLAS EDUARDO D'ALBÉI

8º TABELIÃO DE NOTAS

São Paulo - Capital

BEL ALFIO ROSSI

Substituto Notarial

Fone: 3244-0422

LIVRO 3689 FOLHAS 193

ARQUIVO: SOCOPA CORRETORA-FUNDOS-2016-2

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:- SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos QUATORZE (14) dias do mês de DEZEMBRO do ano de DOIS MIL E DEZESSEIS (2016), nesta Cidade e Comarca da Capital do Estado de São Paulo, neste 8º Cartório de Notas, sito na Rua XV de Novembro nº 193, nesta Capital, perante mim Escrivente Autorizada que esta escreve, e o Substituto Notarial, que a subscreve, compareceu como OUTORGANTE: SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A., sociedade anônima fechada, com sede social nesta Capital, Estado de São Paulo, Bairro Jardim Paulistano, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.285.390/0001-40, com sua situação cadastral ativa, emitida (via internet) nesta data, cujo comprovante de inscrição e de situação cadastral, fica arquivado nestas notas em pasta própria sob nº 2016/0380; com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o nº 3.53.0012.760-9, em 01.01.1990, e com seu Estatuto Social reformado e consolidado através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de agosto de 2016, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 457.754/16-3 em 19.10.2016, neste ato, representada na conformidade do Capítulo III, Artigo 9º, Parágrafo 1º, por seus diretores, GERSON LUIZ MENDES DE BRITO, brasileiro, divorciado, contabilista, portador da cédula de identidade RG nº 5.720.162-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 037.453.768-20, MARCELO PEREIRA CARDOSO, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 20.042.322-8 SSP-SP, inscrito no CPF/MF nº 135.677.078-92 todos com escritório nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 3º andar, bairro Jardim Paulistano; designados conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 04 de abril de 2016, registrada na Junta Comercial sob o nº 442.488/16-6; - os presentes, que se identificaram através dos documentos supra mencionados, ora exibidos, do que dou fé. - E, pela referida outorgante, na forma representada, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem como seus bastantes procuradores: GUSTAVO DE MACEDO MALHEIROS, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 62.349.441-3-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 056.973.969-10; e GABRIEL LACASA MAYA, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.824.708-X, inscrito no CPF/MF sob nº. 302.326.708-11; e GUARACI SILLOS MOREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB SP sob o nº 198196, portador da Cédula de Identidade nº RG nº 23.527.715-0 e inscrito no CPF/MF nº 265.388.348-17; - aos quais confere poderes para representar a outorgante, quando esta agir na qualidade de administradora de Fundo de Investimento e Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento, regidos pela Instrução CVM nº 555, Fundo de Investimento Imobiliário - FI, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FICFIDC, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padrонizados - FIDC-NP e Fundo de Investimento em Participações - FIP, já constituídos ou que vierem a ser constituídos e administrados pela outorgante, doravante denominados, simplesmente, "Fundos", podendo para tanto, praticar os seguintes atos, sendo vedado o seu substabelecimento: Agindo 2 (dois) procuradores em conjunto, ou qualquer procurador em conjunto com um diretor estatutário da outorgante: a) assinar Boletins de Subscrição de emissão dos Fundos; b) representar a outorgante perante a Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, seus concessionários ou terceirizadores, e perante outras empresas do ramo, podendo retirar correspondências em geral e encomendas em nome das Fundos pela outorgante, dando recibo e quitação; e c) assinar Contratos de Cessão, Termos de Cessão ou assemelhados e respectivos aditivos cujo



P.08069 R.008297



XV DE NOVEMBRO 193 CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01013-001
TELEFONE: (11) 32410322 FAX: (11) 31051252

20.150



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

objeto seja a aquisição de ativos financeiros, valores mobiliários e direitos creditórios pelos Fundos. Qualquer procurador sempre em conjunto com um diretor estatutário da outorgante: d) assinar quaisquer tipos de contratos e aditamentos relacionados aos Fundos pela outorgante, podendo ajustar termos, cláusulas e condições; e) representar a outorgante, quando esta agir na qualidade de administradora dos Fundos, perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais, municipais e distritais, ministérios e suas respectivas secretarias, autarquias, agências reguladoras, concessionários de serviços públicos, institutos de previdência, sindicatos, juntas comerciais, empresas públicas, privadas ou de economia mista e associações, inclusive a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, a SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, a BM&FBOVESPA S.A - Boa de Valores, Mercadorias e Futuros e a CETIP S.A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, bem como representar a outorgante junto a quaisquer bolsas de valores e de mercadorias, índices e de fundos do país, seus respectivos departamentos ou empresas de liquidação e custódia ("clearing house"); f) representar a outorgante, quando esta agir como administradora dos Fundos, perante cartórios em geral, inclusive, mas não se limitando, a assinaturas de cartas de anuência; g) representar a outorgante em juízo ou fora dele, quando esta figurar como administradora dos Fundos, confessando, desistindo, transigindo, firmando acordos e compromissos, recebendo e dando quitação desde que relacionado diretamente a ativos, valores mobiliários e direitos creditórios de titularidade dos Fundos; h) nomear e consular prepostos, bem como nomear, constituir e contratar advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil para defender os direitos e interesses de Fundos administrados pela outorgante em qualquer juízo ou tribunal, outorgando-lhes poderes da cláusula "ad judicia et et extra"; e i) representar a outorgante, no que tange aos Fundos, perante quaisquer instituições financeiras, públicas ou privadas, podendo abrir, movimentar e encerrar contas correntes, pagar e receber contas, fazer depósitos e retiradas, solicitar e receber saldos, extratos e talões de cheque, emitir, sacar, endossar e assinar cheques e ordens de pagamento, autorizar débitos, pagamentos e transferências feitos por escrito, em meio eletrônico ou físico, podendo prestar quaisquer esclarecimentos e informações, fazendo solicitações e realizando procedimentos de adequação de quaisquer operações financeiras realizadas, assinar os contratos e aditivos pertinentes às contas de custódia e cobradoras, tanto na abertura quanto para manutenção das mesmas. A PRESENTE TERÁ VALIDADE ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2017. A qualificação dos procuradores foi fornecida pela outorgante, na forma como vem representada, que por ela se responsabiliza, pois, este Tabelião não promoverá alterações posteriores atendendo ao disposto nos itens 23 e 23.1, do cap. XIV das Normas de Serviços da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo. - De como assim o disseram, do que dou fé, pediram-me e eu lhes larei a presente e sendo-lhes lida em voz alta e pausada, foi achada conforme, aceitam, outorgam e assinam. Dispensando expressamente para este ato a presunção de testemunha instrumentária conforme legislação em vigor. É a presente lavrada conforme determina a Instrução Normativa DREI nº. 28 de 06 outubro de 2014 e resolução nº. 42 do Conselho Nacional da Justiça - CNJ. - Nada mais dou fé. - Eu, SONIA DE FATIMA PIRES DE OLIVEIRA, Escrivente Autorizada, a escrevi. - Eu, DOUGLAS EDUARDO DUALIBI, Tabelião Notarial, a subscrevi. - (a.)/// GERSON LUIZ MENDES DE BRITO/// MARCELO PEREIRA CARDOSO///. - (Devidamente scida por verbas, na forma da lei). - NADA MAIS. - Digitada e trasladada em seguida por (Leandro Gomes da Silva). - Eu, ALFIO ROSSI, Substituto Notarial, do 8º Tabelião de Notas, a fiz digitar, conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO _____ DA VERDADE _____

II TABELIÃO DE NOTAS	
VALOR COBRADO PELOATO	
Ao Notário.....	R\$ 239,00
Ao Estado....	R\$ 86,00
Ao IPESP.....	R\$ 35,10
ISS.....	R\$ 5,12
Min. Pub....	R\$ 11,50
Ao Reg. Civil...	R\$ 12,80
Trib. Justiça...	R\$ 15,44
A Sta. Casa....	R\$ 2,40
TOTAL.....	R\$ 390,84

III TABELIÃO DE NOTAS
 São Paulo - Capital
 BEL. ALFIO ROSSI
 Substituto
 Fone: 3244-0322

20.151

8º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO DOUGLAS EDUARDO DUALIBI

LIVRO 3825 FOLHA 271

ARQUIVO: SOCOPA CORRETORA-FUNDOS-2018-2

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.



SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos **OITO (8)** dias do mês de **NOVEMBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZOITO (2018)**, nesta Cidade e Comarca da Capital do Estado de São Paulo, neste 8º Cartório de Notas, sito na Rua XV de Novembro nº 193, nesta Capital, perante mim Escrevente Autorizada que esta escreve, e o Tabelião Notarial, que a subscreve, compareceu como **OUTORGANTE: SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede social nesta Capital, Estado de São Paulo, Bairro Jardim Paulistano, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.285.390/0001-40, com sua situação cadastral ativa, emitida (via internet) nesta data, cujo comprovante de inscrição e de situação cadastral, fica arquivado nestas notas em pasta própria sob nº 2018/0068; com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o nº 3.53.0012.760-9, em 01.01.1990, e com seu Estatuto Social reformado e consolidado através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de agosto de 2016, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 457.754/16-3 em 19.10.2016, neste ato, representada na conformidade do Capítulo III, Artigo 9º, Parágrafo 1º, por seus diretores, **GERSON LUIZ MENDES DE BRITO**, brasileiro, divorciado, contabilista, portador da cédula de identidade RG nº 5.720.162-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 037.453.768-20; **MARCELO PEREIRA CARDOSO**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade, RG nº 20.042.322-8 SSP-SP e do CPF/MF nº 135.677.078-92, ambos com escritório em São Paulo - Capital, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 2º andar, todos com escritório nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 3º andar, bairro Jardim Paulistano; eleitos por Ata de Assembleia Ordinária realizada em 31 de março de 2017, registrada na Junta Comercial sob o nº 296.181/17-1, em sessão de 28.06.17; - os presentes, que se identificaram através dos documentos supra mencionados, ora exibidos, do que dou fé; E, pela referida outorgante, na forma representada, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem como seus bastantes procuradores: **PRIMEIRO GRUPO: 1º) GABRIEL LACASA MAYA**, brasileiro, solteiro, seguritário, portador da Cédula de identidade RG nº. 32.824.708-X, inscrito no CPF/MF sob nº 302.326.708-11; **2º) ALESSANDRE MARCELO MARQUEZINI**, brasileiro, casado, seguritário, portador da cédula de identidade RG nº 25.703.00.62, inscrito no CPF/MF sob nº 171.399.858-04; **3º) HELENA LA SPINA SALLES BRUNO**, brasileira, casada, secretária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.694.643-2, inscrita no CPF/MF sob nº 028.565.878-60; **4º) SIDNEY SARTORI GARCIA**, brasileiro, separado judicialmente, portador da cédula de RG nº. 17.323.523-2, inscrito no CPF/MF sob nº. 083.839.778-67; **5º) GUSTAVO DE MACEDO MALHEIROS**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portadora da Cédula de identidade RG nº 62.349.441-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 056.973.969-10; **6º) IVONE MARQUES DA SILVA**, brasileira, divorciada, contabilista, portadora da cédula de identidade RG nº 17.060.707-0, inscrita no CPF/MF sob nº. 097.129.008-35; **7º) ALEXANDRE CALVO**, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.641.876-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 067.079.949-13; - **SEGUNDO GRUPO - 1º) GABRIEL LACASA MAYA**, brasileiro, solteiro, seguritário, portador da Cédula de Identidade RG nº. 32.824.708-X, inscrito no CPF/MF sob nº 302.326.708-11, **2º) GUSTAVO DE MACEDO MALHEIROS**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 62.349.441-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 056.973.969-10, **3º) ALESSANDRE MARCELO MARQUEZINI**, brasileiro, casado, seguritário, portador da cédula de identidade RG nº 25.703.00.62, inscrito no CPF/MF sob nº 171.399.858-04, 4º)



RUA XV DE NOVEMBRO 193 CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01013-001
FONE: 11-32410322 FAX: 11-31061252



20.152

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

ALEXANDRE CALVO, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.641.876-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 067.079.949-13; aos quais conferem poderes específicos, para sempre em conjunto, aos procuradores do **PRIMEIRO GRUPO**, representar a outorgante quando esta agir na qualidade de administradora de Fundo de Investimento e Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento, regidos pela Instrução CVM nº 555, Fundo de Investimento Imobiliário - FI, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC, Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FICFIDC, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padrãoizados - FIDC-NP e Fundo de Investimento em Participações - FIP, já constituídos ou que vierem a ser constituídos e administrados pela outorgante, doravante denominados, simplesmente, "Fundos", podendo para tanto praticar o seguintes atos a) solicitar saldo e extratos, b) alterar e desbloquear senhas, c) emitir comprovantes, d) efetuar transferências de mesma titularidade (DOC e TED); e) consultar, incluir e autorizar serviços de cobranças, f) consultar, incluir e autorizar custodia de cheques, g) consultar situação do arquivo no WebIA, h) consultar arquivo remessa retorno, i) cadastrar favorecidos, j) aprovar transferências de recursos de mesma titularidade, sendo vedado o seu substabelecimento; aos procuradores do **SEGUNDO GRUPO**, são conferidos todos os poderes inerentes ao **PRIMEIRO GRUPO**, além de poderes para representar a outorgante, no que tange aos Fundos, inclusive atuando como nível máster, perante quaisquer instituições financeiras, públicas ou privadas, podendo abrir, movimentar e encerrar contas correntes, determinar alçada por perfil, determinar a forma de acesso de cada usuário, determinar as permissões de acesso a transmissão de Arquivos, transmitir e recepcionar arquivos, gerir o cadastramento de usuário(s), autorizações, conceder senha de acesso, cadastrar e renovar senhas, transações, transferência de valores, sempre a débito de conta(s) de sua titularidade mantida(s) nas instituições financeiras, inclusive para outras instituições financeiras, efetuar aplicações e resgates em produtos de investimento, emissão de comprovante de pagamento, com autenticação eletrônica, solicitar formulários, disponibilizar informações de movimentação financeira das contas correntes dos Fundos, vinculadas ao seu CNPJ/MF, registradas nos instituições financeiras; realizar transações referentes a outros produtos e serviços que vierem a ser oferecidos, contratados ou a utilização de novos canais de acesso ou de dispositivos que passarem a ser utilizados pelas instituições financeiras, pagar e receber contas, fazer depósitos e retiradas, solicitar e receber saldos, extratos e talões de cheques, emitir, sacar, endossar e assinar cheques e ordens de pagamento, autorizar débitos, pagamentos, transferências feitos por escrito, em meio eletrônico ou físico, podendo prestar esclarecimentos e informações, fazendo solicitações e realizando procedimentos de adequação de quaisquer operações financeiras realizadas, assinar os contratos e aditivos pertinentes as contas de custódia e cobradoras, solicitar cartas de circularização, tanto na abertura quanto para manutenção e encerramento das contas. A PRESENTE PROCURAÇÃO TERÁ VALIDADE DE 01 (UM) ANO A CONTAR DESTA DATA.. A qualificação dos procuradores foi fornecida pela outorgante, na forma como vem representada, que por ela se responsabiliza, pois, este Tabelião não promoverá alterações posteriores atendendo ao disposto nos itens 23 e 23.1, do cap. XIV das Normas de Serviços da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo. - De como assim o disseram, do que dou fé, pediram-me e eu lhes lavrei a presente e sendo-lhes lida em voz alta e pausada, foi achada conforme, aceitam, outorgam e assinam. Dispensando expressamente para este ato a presença de testemunha instrumentária conforme legislação em vigor. É a presente lavrada conforme determina a Instrução Normativa DREI nº. 28 de 06 outubro de 2014 e resolução nº. 42 do Conselho Nacional da Justiça - Nada mais dou fé. - Eu, SONIA DE FATIMA PIRES DE OLIVEIRA, Escrivente Autorizada, a CNJ. - Nada mais dou fé. - Eu, DOUGLAS EDUARDO DUALIBI, Tabelião Notarial, a subscrevi. - (a.) GERSON LUIZ escrevi. - Eu, MARCELO PEREIRA CARDOSO//. - (b.)vidamente selada por verbas, na MENDES DE BRITO// MARCELO PEREIRA CARDOSO//. - (c.)vidamente selada por verbas, na forma da lei).- NADA MAIS.- Digitada e trasladada em seguida por J. Gomes da Silva.- (Jeandro Gomes da Silva).

20/05/2013

8º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO DOUGLAS EDUARDO DUALIBI



Eu, DOUGLAS EDUARDO DUALIBI, Tabelião Notarial, do 8º Tabelião de Notas, a fiz digitar, conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.-

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE



Selo Digital: 1145121TR0000000003004187

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUANDO CÓPIA AUTÔNOMA, RESERVA-SE A AUTORIDADE DE EMISSÃO. INVALIDEZ ESTE DOCUMENTO.



RUA XV DE NOVEMBRO 193 CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01013-001
FONE: 11-32410322 FAX: 11-31061252

8º TABELIÃO DE NOTAS

SÃO PAULO - SP

COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃO DOUGLAS EDUARDO DUALIBI

20.157

LIVRO 3825 FOLHAS 263/266

ARQUIVO: SOCOPA CORRETORA-FUNDOS-2018-1

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: - SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.

8º TABELIÃO DE NOTAS
DA CAPITALTABELIÃO DE NOTAS
SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A.
SÃO PAULO - SP

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos OITO (08) dias do mês de NOVEMBRO do ano de DOIS MIL E DEZOITO (2018), nesta Cidade e Comarca da Capital do Estado de São Paulo, neste 8º Cartório de Notas, sito na Rua XV de Novembro nº 193, nesta Capital, perante mim Escrevente Autorizada que esta escreve, e o Tabelião Notarial, que a subscreve, compareceu como OUTORGANTE: SOCOPA - SOCIEDADE CORRETORA PAULISTA S.A., sociedade anônima fechada, com sede social nesta Capital, Estado de São Paulo, Bairro Jardim Paulistano, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.285.390/0001-40, com sua situação cadastral ativa, emitida (via internet) nesta data, cujo comprovante da inscrição e de situação cadastral, fica arquivado nestas notas em pasta própria sob nº 2018/0068; com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o nº 3.53.0012.760-9, em 01.01.1990, e com seu Estatuto Social reformado e consolidado através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de agosto de 2016, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 457.754/16-3 em 19.10.2016, neste ato, representada na conformidade do Capítulo III, Artigo 9º, Parágrafo 1º, por seus diretores, GERSON LUIZ MENDES DE BRITO, brasileiro, divorciado, contabilista, portador da cédula de identidade RG nº 5.720.162-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 037.453.768-20; MARCELO PEREIRA CARDOSO, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade, RG nº 20.042.322-8 SSP-SP e do CPF/MF nº. 135.677.078-92, ambos com escritório em São Paulo - Capital, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 2º andar, todos com escritório nesta Capital, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 3º andar, bairro Jardim Paulistano; eleitos por Ata de Assembleia Ordinária realizada em 31 de março de 2017, registrada na Junta Comercial sob o nº 296.181/17-1, em sessão de 28.06.17; - os presentes, que se identificaram através dos documentos supra mencionados, ora exibidos, do que dou fé. E, pela referida outorgante, na forma representada, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem como seus bastantes procuradores: **PRIMEIRO GRUPO - 1º) GUSTAVO DE MACEDO MALHEIROS**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 62.349.441-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 056.973.969-10; 2º) GABRIEL LACASA MAYA, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.824.708-X, inscrito no CPF/MF sob nº. 302.326.708-11; 3º) GUARACI SILLOS MOREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB SP sob nº 198196, portador da Cédula de Identidade nº RG nº 23.527.715-0 e inscrito no CPF/MF nº 265.388.348-17; 4º) NELSON CERRETTI, brasileiro, divorciado, seguritário, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.176.734 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 845.452.328-68; 5º) ADRIANA RODRIGUES ALVES, brasileira, casada, contadora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 23.973.850-0, inscrita no CPF/MF sob nº 176.344.218-71; 6º) ALEXANDRE CALVO, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.641.876-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 067.079.949-13; 7º) VIVIAN TARIFA DA SILVA, brasileira, divorciada, seguritária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 35.050.726-0 SSP/SP,

TABELIÃO EM TODO PERNAMBUCO - CONSULTA DE DOCUMENTOS - CONSULTA DE DOCUMENTOS

Início: 1999 - Final: 2010
Páginas: 1245RUA XV DE NOVEMBRO 193 CENTRO
SÃO PAULO SP CEP 01013-001
FONE: 11-32410322 FAX: 11-31061252



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

inscrita no CPF/MF sob nº 314.786.948-23; - **SEGUNDO GRUPO – 1º GUSTAVO DE MACEDO MALHEIROS**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 62.349.441-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF SOB nº 056.973.969-10; 2º **GABRIEL LACASA MAYA**, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 32.824.708-X, inscrito no CPF/MF sob nº. 302.326.708-11; 3º **ALEXANDRE CALVO**, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.641.876-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 067.079.949-13; e 4º **VIVIAN TARIFA DA SILVA**, brasileira, divorciada, securitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 35.050.726-0 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 314.786.948-23; - aos quais conferem poderes para os procuradores do **PRIMEIRO GRUPO** representar a outorgante, quando esta agir na qualidade de administradora de Fundo de Investimento e Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento, regidos pela Instrução CVM nº 555, Fundo de Investimento Imobiliário - FII, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FICFIDC, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padrонizados – FIDC-NP e Fundo de Investimento em Participações – FIP, já constituídos ou que vierem a ser constituídos e administrados pela outorgante, doravante denominados, simplesmente, “Fundos”, podendo para tanto, praticar os seguintes atos, sendo vedado o seu substabelecimento: Agindo 2 (dois) procuradores em conjunto, ou qualquer procurador em conjunto com um diretor estatutário da outorgante: a) assinar Boletins de Subscrição de emissão dos Fundos; b) representar a outorgante perante a Empresa de Correios e Telégrafos – ECT, seus concessionários ou terceirizados e perante outras empresas do ramo, podendo retirar correspondências em geral e encomendas em nome dos Fundos pela outorgante, dando recibo e quitação; e c) assinar Contratos de Cessão, Termos de Cessão ou assemelhados e respectivos aditivos cujo objeto seja a aquisição de ativos financeiros, valores mobiliários e direitos creditórios pelos Fundos. Qualquer procurador sempre em conjunto com um diretor estatutário da outorgante: d) assinar quaisquer tipos de contratos e aditamentos relacionados aos Fundos pela outorgante, podendo ajustar termos, cláusulas e condições; e) representar a outorgante, quando esta agir na qualidade de administradora dos Fundos, perante quaisquer órgãos públicos federais, estaduais, municipais e distritais, ministérios e suas respectivas secretarias, autarquias, agências reguladoras, concessionários de serviços públicos, institutos de previdência, sindicatos, juntas comerciais, empresas públicas, privadas ou de economia mista e associações, inclusive a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, a SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, a BM&FBovespa S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e a CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, bem como representar a outorgante junto a quaisquer bolsas de valores e de mercadorias, índices e de fundos do país, seus respectivos departamentos ou empresas de liquidação e custódia (“clearing house”); f) representar a outorgante, quando esta agir como administradora dos Fundos, perante cartórios em geral, inclusive, mas não se limitando, a assinaturas de cartas de anuência; g) representar a outorgante em juízo ou fora dele, quando esta figurar como administradora dos Fundos, confessando, desistindo, transigindo, firmando acordos e compromissos, recebendo e dando quitação desde que relacionado diretamente a ativos, valores mobiliários e direitos creditórios de titularidade dos Fundos; h) nomear e constituir prepostos, bem como nomear, constituir e contratar advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil para defender os direitos e interesses de Fundos

20-156

8º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO DOUGLAS EDUARDO DUALIBI

8º TABELIÃO DE NOTAS
DA CAPITAL

administrados pela outorgante em qualquer juízo ou tribunal, outorgando-lhes, na forma da cláusula "ad judicia e et extra"; aos procuradores do **SEGUNDO GRUPO**, confere poderes para, sempre em conjunto de dois procuradores, ou qualquer procurador em conjunto com o diretor estatutário da outorgante: Firmar contratos e respectivos aditivos para prestação de serviços, incluindo, mas não se limitando a gestão de carteira, consultoria especializada para análise e seleção de direitos creditórios, custódia qualificada, controladoria, cobrança, serviços advocatícios e assessoria jurídica, corretagem, distribuição de cotas e valores mobiliários, serviços para classificação de risco - rating, auditoria independente e de representação de cotistas, controle e monitoramento de garantias e serviços de avaliação de ativos e leilão de bens para Fundos administrados pela Outorgante; Firmar contratos e respectivos aditivos de confissão de dívida, alienação fiduciária, novação, assunção e demais instrumentos de renegociação de dívida, assim como recibos de recebimento e termos de quitação e dação em pagamento emitidos por Fundos administrados pela Outorgante; Participar, representar, votar e assinar Atas de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária de cotistas e livros de presença de acionistas, Instrumentos Particulares, Regulamentos e Suplementos em nome dos Fundos administrados pela Outorgante. Representar a outorgante, no que tange aos Fundos, inclusive atuando como nível máster, perante quaisquer instituições financeiras, públicas ou privadas, podendo abrir, movimentar e encerrar contas correntes, determinar alçada por perfil, determinar a forma de acesso de cada usuário, determinar às permissões de acesso a transmissão de Arquivos, transmitir e receber arquivos, gerir o cadastramento de usuário(s), autorizações, conceder senha de acesso, cadastrar e renovar senhas, transações, transferência de valores, sempre a débito de conta(s) de sua titularidade mantida(s) nas instituições financeiras, inclusive para outras instituições financeiras, efetuar aplicações e resgates em produtos de investimento, emissão de comprovante de pagamento, com autenticação eletrônica, solicitar formulários, disponibilizar informações de movimentação financeira das contas correntes dos Fundos, vinculadas ao seu CNPJ/MF, registradas nos instituições financeiras; realizar transações referentes a outros produtos e serviços que vierem a ser oferecidos, contratados ou a utilização de novos canais de acesso ou de dispositivos que passarem a ser utilizados pelas instituições financeiras, pagar e receber contas, fazer depósitos e retiradas, solicitar e receber saldos, extratos e talões de cheques, emitir, sacar, endossar e assinar cheques e ordens de pagamento, autorizar débitos, pagamentos, transferências feitos por escrito, em meio eletrônico ou físico, podendo prestar esclarecimentos e informações, fazendo solicitações e realizando procedimentos de adequação de quaisquer operações financeiras realizadas, assinar os contratos e aditivos pertinentes as contas de custódia e cobradoras, solicitar cartas de circularização, tanto na abertura quanto para manutenção e encerramento das contas. A PRESENTE PROCURAÇÃO TERÁ VALIDADE DE 01 (UM) ANO A CONTAR DESTA DATA. A qualificação dos procuradores foi fornecida pela outorgante, na forma como vem representada, que por ela se responsabiliza, pois, este Tabelião não promoverá alterações posteriores atendendo ao disposto nos itens 23 e 23.1, do cap. XIV das Normas de Serviços da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo. - De como assin o disseram, do que dou fé, pediram-me e eu lhes lavrei a presente e sendo-lhes lida em voz alta e pausada, foi achada conforme, aceitam, outorgam e assinam. Dispensando expressamente para este ato a presença de testemunha instrumentária conforme legislação em vigor. É a presente lavrada conforme determina a Instrução Normativa DREI nº. 28 de 06 outubro de 2014 e resolução nº. 42 do





20.157

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

Conselho Nacional da Justiça - CNJ. - Nada mais dou fé. - Eu, SONIA DE FATIMA PIRES DE OLIVEIRA, Escrevente Autorizada, a escrevi. - Eu, DOUGLAS EDUARDO DUALIBI, Tabelião Notarial, a subscrevi. - (a.) **GERSON LUIZ MENDES DE BRITO// MARCELO PEREIRA CARDOSO//**.- (Dovidamente selada por verbas, na forma da lei).- NADA MAIS. Digitada e trasladada em seguida por Leandro Gomés da Silva.- Eu, DOUGLAS EDUARDO DUALIBI, Tabelião Notarial, do 8º Tabelião de Notas, a fiz digitar, conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso.-

EM TESTEMUNHO DA VERDADE



Selo Digital: 1145121TR000000000300218B

20.158

DOC. 3

20.11.18

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE: VELEIRO COMERCIO DE TINTAS EIRELI - ME, empresa inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.769.316/0001-94, com sede na Rua Padre Francisco Pita, nº 920 , Jardim das Oliveiras , Fortaleza/CE – CEP 60821-050, neste ato por seu representante legal, **JOSÉ ANCHIETA DE CARVALHO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 91.002.289.737 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob nº 121.153.553-34, residente e domiciliado na Rua José Bento, nº 591, Guaribas – Eusébio/CE - CEP 61760-00.

OUTORGADOS: WAGNER BARBOSA DE SOUZA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP 237.004, DOUGLAS CAETANO DA SILVA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP 317.779, DOUGLAS BARBOSA DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP nº 308.137 e THIAGO PIRETT PEREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP 328.447, todos com escritório na Rua Gomes de Carvalho, 1.544, Mezanino, São Paulo – CEP 04547-006.

PODERES: Por este instrumento particular de mandato, o Outorgante nomeia e constitui os Outorgados como seus procuradores, conferindo-lhes amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "*ad judicia et extra*", podendo para tanto representar a outorgante em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-la nas contrárias, seguindo umas às outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, transigir, desistir, renunciar, impugnar, recorrer, receber, dar quitação, firmar termos e compromissos, assinar formulários, requerer vistorias, pedir vista de processo, notificar, protestar, impugnar, interpelar, consignar, justificar, recorrer de despachos e de decisões, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato, podendo, ainda, substabelecer este em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, em especial para representar o Outorgante nos autos da Recuperação Judicial do GALVÃO ENGENHARIA S.A. E GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A. - Processo nº 0093715-69.2015.8.19.0001 que tramita na 7º Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, Capital.

São Paulo, em 23 de Novembro de 2018.

José Anchieta de Carvalho
VELEIRO COMERCIO DE TINTAS EIRELI - ME

RECONHECO por autenticidade a firma de:
JOSE ANCHIETA DE CARVALHO
Fortaleza, 3 de Dezembro de 2018
Selo Digital de Fiscalização - Tipo 2 - Nota
Tel: (85) 3273.5366 - E-mail: gerar@carvalhomartins.com.br

RECONHECO por autenticidade a firma de:
RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA
Escrivente Autorizado

contape

Contabilidade + Auditoria

+ Planejamento Empresarial

Transformação de Sociedade Limitada para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada –
EIRELI

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 02

DE TRANSFORMAÇÃO EM EIRELI

VELEIRO COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

José Anchieta de Carvalho, brasileiro, divorciado, nascido em 01.05.1959, natural de Pereiro-Ce, empresário, portador da CNH nº 00618177284 Detran-Ceará, do RG de nº 91002289737 SSP-CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 121.153.553-34, residente e domiciliado na rua José Bento, nº 591, Coaçu, Eusébio/CE, CEP. 61.760-000;

Na condição de único sócio da empresa limitada **VELEIRO COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº 13.769.316/0001-94, estabelecida nesta Capital de Fortaleza – Ceará, à Rua Tibúrcio Cavalcante nº 1631, Bairro: Meireles, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob nº 2320139138-3 por despacho em 31 de Maio de 2011, resolvem de pleno e comum acordo modificar seu instrumento contratual mediante as cláusulas seguintes:

Resolve transformar a Sociedade Limitada em **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**, a qual regerá, doravante, pelo presente **ATO CONSTITUTIVO**:

Cláusula 1ª – Fica transformada esta Sociedade Limitada em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, passando a denominação social a ser **VELEIRO COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI ME**, com subrogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

Cláusula 2ª – O acervo desta sociedade, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) é aumentado pelo sócio **José Anchieta de Carvalho, acima qualificado**, para o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente do país na data da assinatura deste e passa a constituir o capital da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

Para tanto, firma em ato contínuo, Ato constitutivo de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

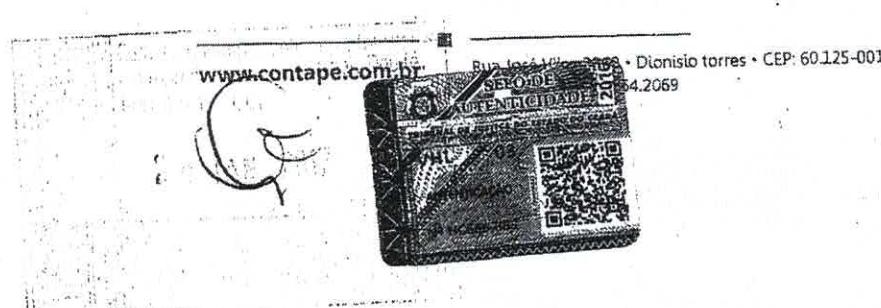
**ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA POR
TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA**

José Anchieta de Carvalho, brasileiro, divorciado, nascido em 01.05.1959, natural de Pereiro-Ce, empresário, portador da CNH nº 00618177284 Detran-Ceará, do RG de nº 91002289737 SSP-CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 121.153.553-34, residente e domiciliado na rua José Bento, nº 591, Coaçu, Eusébio/CE, CEP. 61.760-000;

Constitui uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, sob as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A empresa girará sob o nome empresarial **VELEIRO COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI ME** e terá sede e domicílio nesta Capital de Fortaleza – Ceará, à Rua Tibúrcio Cavalcante nº 1631, Bairro: Meireles, CEP 60.125-100.



20.160

[Handwritten signature]

PARÁGRAFO ÚNICO: A empresa poderá abrir e instalar filiais, escritórios e/ou representações, em qualquer localidade do País, bem como encerrá-los, a qualquer tempo.

CLÁUSULA SEGUNDA

O capital é de R\$ **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**, totalmente integralizado **neste ato** em moeda corrente do País, dividido em **100.000 (cem mil) quotas**, no valor nominal de **R\$1,00 (um real)** cada uma.

Parágrafo único – a responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado.

CLÁUSULA TERCEIRA

A empresa terá por objeto social o exercício das atividades:

- **47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais de pintura;**
- **47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral.**

CLÁUSULA QUARTA

A Sociedade iniciou suas atividades na data de 17 de Maio de 2011, tendo prazo indeterminado de duração.

CLÁUSULA QUINTA

A administração da empresa será exercida **exclusivamente**, pelo sócio, **José Anchieta de Carvalho** com os poderes e atribuições de **administrador e representante**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade.

PARÁGRAFO UNICO – O administrador nomeado poderá fazer jus a uma retirada mensal a título de "pro labore", nos valores convencionados consensualmente entre os sócios, respeitada a capacidade financeira da Sociedade.

CLÁUSULA SEXTA

O exercício financeiro inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício será levantado o balanço patrimonial a ele correspondente e serão preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei (art. 1.065, Código Civil Brasileiro). A Sociedade poderá, mediante deliberações dos sócios representando a **máioria absoluta** do capital social, levantar balanços mensais, trimestrais e distribuir os lucros neles evidenciados. Em quaisquer casos, os sócios participarão nos lucros ou perdas apurados, na proporção de suas quotas.

CLÁUSULA SETIMA

Declaro que não possuo nenhuma outra empresa dessa modalidade registrada.

CLÁUSULA OITAVA

O Administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de

2



Rua José Vilar, 3060 - Dionísio Torres - CEP: 60.125-001
(85) 3261.9452 - 3264.2069



20.162



contape

Contabilidade | Auditoria
+ Planejamento Empresarial

prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou -contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)

CLÁUSULA NONA

FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, como o competente para dirimir eventuais controvérsias relacionadas a este Contrato Social.

Estando, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, impressas apenas em seus anversos, perante duas testemunhas, que também o assinam, devendo serem arquivadas no Registro Público de Empresas Mercantis.



Fortaleza, 26 de Novembro de 2012.

José Anchieta de Carvalho

Visto Jurídico:

Nome:

OAB:



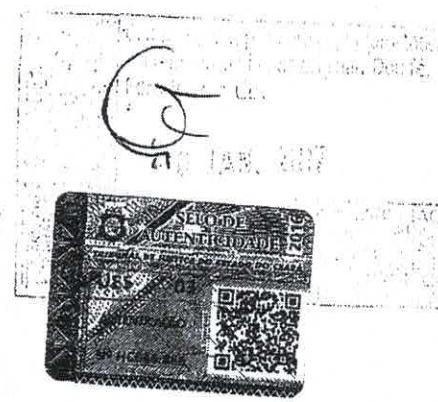
Rubens Ferreira Studart Filho
OAB/CE • 16.081

Testemunhas:

Nome: Maria Tatiane de Araújo

CPF: 024.747.068-56

RG: 2004004081778 SSP/CE



Nome: Marinaldo Lima

CPF: 008.466.013-97

RG: 2002002346645 SSP/CE



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ -SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/01/2013 SOB N°. 23600012513
Protocolo: 12/135665-8, DE 17/12/2012

VELEIRO COMÉRCIO DE TINTAS
LTD. LTDA ME

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL

3

20.963

São Paulo, em 12 de abril de 2019

Aos cuidados,

Galvão Engenharia S.A. – em Recuperação Judicial e Galvão Participações S.A. – em Recuperação Judicial (“NOTIFICADAS”>,

Endereço: R. Gomes de Carvalho, 1.510, 19º Andar, Vila Olímpia, SP, Cep: 04547-005

Ref: Notificação Extrajudicial.

VELEIRO COMERCIO DE TINTAS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF nº 13.769.316/0001-94 (“**NOTIFICANTE**”), devidamente arrolado nos autos da Recuperação Judicial nº 0093715-69.2015.8.19.0001, representada neste ato por seu representante legal infra-assinado, vem, através da presente, **NOTIFICAR** à V.S.as. que o crédito em seu favor foi negociado por meio de Instrumento Particular de Cessão de Crédito.

Desta forma, quando do seu respectivo pagamento, deverá ser efetuado diretamente em favor de **ZEUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADO** – CNPJ/MF 30.283.991/0001-28, na *conta corrente nº. 42567-5, agência 0001, cadastrada no Banco Paulista (611)*. Assim, pagamentos eventualmente efetuados em favor da **NOTIFICANTE** ou terceiros será considerado nulo, autorizando a adoção das medidas cabíveis ao inadimplemento.

A **NOTIFICANTE** anexa à presente seus documentos constitutivos e procuração “**AD JUDICIA ET EXTRA**” pela qual outorga poderes específicos ao seu patrono que esta subscreve.

Sendo o que tínhamos para o momento, ficamos à disposição para quaisquer informações e esclarecimentos que se julgarem necessários nos telefones (11) 3129-9586 e (11) 3129-9643.

Atenciosamente,

VELEIRO COMERCIO DE TINTAS EIRELI – ME

Procurador Legal: Thiago Pirett Pereira – OAB/SP nº 328.447

Dayana Matos Magalhães
Departamento Jurídico
OAB/RJ 160.135

*Recebido
14/04/19*

20.964



CARDOSO & VITA

ADVOGADOS ASSOCIADOS
INSTITUCIONAL - TRABALHISTA - FEDERATIVO

**EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 7^a VARA
EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE
JANEIRO – RJ**

PROCESSO N.º 0093715-69.2015.819.0001

RECAUCHUTADORA RLM LTDA, já qualificada nos autos do processo supra, vem à presença de V. Exa., requerer a habilitação dos autos com as anotações de praxe, bem como com a devida juntada de atos constitutivos e procuração.

Por oportuno, requer a devida abertura de vistas, com a devida inclusão do procurador a seguir especificado nas publicações futuras, sob pena de nulidade: **Gustavo Luís de A. Cardoso OAB/BA 17.485**

P. Deferimento.

Rio de Janeiro - RJ, 26 de Agosto de 2019.

**Gustavo Luís de A. Cardoso
OAB/BA 17.485
CPF 927.972.535-15**

Página 1



CARDOSO & VITA

20.165

PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RECAUCHUTADORA R L M LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.990.258/0001-97, com sede às margens da Rodovia BR 101, KM 250,6, S/N, Galpão, distrito de Muritibinha, na cidade de Conceição do Almeida - Bahia, CEP: 44.540-000, neste ato representada por seu sócio administrador **JOSÉ RICARDO LIMA MOZART**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 0410219088, inscrito no CPF/MF sob o nº 643.363.365-04 residente e domiciliada na Rua Isaias Alves, 96, São Cristóvão, Santo Antônio de Jesus - Bahia, endereço eletrônico: joseailton@pneuforte.com.

OUTORGADOS: CARDOSO & VITA ADVOCACIA, Sociedade de Advogados, inscrita na OAB/BA, sob o Registro 1648/2008, e no CNPJ/MF sob o Nº 10.510.632/0001-59, através de seus sócios administradores: **GUSTAVO LUIS DE A. CARDOSO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na **OAB/BA 17.485**, e **WALTER NEY VITA SAMPAIO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na **OAB/BA 17.504**, ambos com endereço profissional na Rua Rosalvo Fonseca, Nº 97, Bairro São Cristóvão, Santo Antônio de Jesus/Bahia, CEP: 44.571-037, endereço eletrônico: cardosoevita.adv@hotmail.com.

PODERES:

Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula ad judicia et extra, para o foro em geral, especialmente para ser representado **nos autos do processo nº 0093715-69.2015.819.0001, em trâmite na 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro- RJ**, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo estabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

A presente procuração outorga à sociedade e aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

Santo Antônio de Jesus - BA, 16 de Agosto de 2019.

RECAUCHUTADORA R L M LTDA
JOSE RICARDO LIMA MOZART

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº.01, DA EMPRESA -
RECAUCHUTADORA R L M LTDA.

Pelo presente instrumento particular, JOSÉ CARLOS MOZART, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, empresário natural da cidade do Crato, Estado do Ceará, data de nascimento 21/07/1947, residente e domiciliado na cidade de Dom Mamede Costa-Bahia, na Estrada da Lembasa, s/n, Fazenda Primavera, zona rural, CEP: 44.560-000, portador da Cédula de Identidade RG nº.01740655-23 SSP/BA, CPF-MF nº.040.694.204-87, e JOSÉ RICARDO LIMA MOZART, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário natural de Recife, Pernambuco, data de nascimento 15/06/1974, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio de Jesus-Bahia, na Rua Isaias Alves, nº.96, Bairro São Cristóvão, CEP: 44.571-021, portador da Cédula de Identidade RG nº.04102190-88 SSP/BA, CPF-MF nº.643.363.305-94, únicos sócios componentes da sociedade denominada RECAUCHUTADORA R L M LTDA, com sede na cidade de Conceição do Almeida-Bahia, a margem da Rodovia BR 101 KM 250,6, s/n, Galpão, Muritibinha CEP: 44.540-000, com contrato de constituição devidamente arquivado nessa JUCEB sob o nº. 29.203.735.051 em sessão de 02/02/2012, e na Fazenda Nacional CNPJ nº. 14990258000197, resolvem pela primeira vez alterar o seu contrato social, mediante as clausulas seguintes:

CLAUSULA 1º - O capital social que era de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), fica elevado para R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), constituído de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) cotas, pelo valor de R\$ 1,00 (um real); cada uma, é distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

JOSÉ CARLOS MOZART	65%	975.000 cotas	R\$ 975.000,00
JOSÉ RICARDO LIMA MOZART	35%	525.000 cotas	R\$ 525.000,00
TOTAL	100%	1.500.000 cotas	R\$ 1.500.000,00

a) o sócio JOSÉ CARLOS MOZART, que possuía R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais), subscreve neste ato mais R\$ 650.000,00 (seiscientos e cinquenta mil reais), passando a possuir R\$ 975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil reais), a ser integralizado da seguinte maneira: R\$ 100.000,00 (cem mil reais), neste ato em moeda corrente do país, após a aprovação deste instrumento de alteração pela Junta Comercial, e R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), a ser integralizado em moeda corrente do país, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, até 31/05/2014 de acordo com as necessidades financeiras da empresa.

b) o sócio JOSÉ RICARDO LIMA MOZART, que possuía R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), subscreve neste ato mais R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), passando a possuir R\$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais), a ser integralizado da seguinte maneira: R\$ 100.000,00 (cem mil reais), neste ato em moeda corrente do país, após a aprovação deste instrumento de alteração pela Junta Comercial, e R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a ser integralizado em moeda corrente do país, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, até 31/05/2014 de acordo com as necessidades financeiras da empresa.

CLAUSULA 2º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas ambos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Continua...



Tabelionato de Notas de St. Antônio de Jesus
 Número 10 - Anexo 1 - Apresentado
 Documento apresentado
 Bahia 17/02/2012 R\$ 2.900,00
 LAIE ALVES SOUZA SANTOS - escrevente
 C. 1.000,00
 VALIDO SOMENTE PASSADO
 CONFERIDO E SORTEADO
 AUTENTICAÇÃO
 Corrioste e dou feito que a cota e a montagem
 documento apresentado
 Bahia 17/02/2012 R\$ 2.900,00
 LAIE ALVES SOUZA SANTOS - escrevente
 C. 1.000,00
 VALIDO SOMENTE PASSADO
 CONFERIDO E SORTEADO

20.967

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º1, DA EMPRESA -
RECAUCHUTADORA R.L.M. LTDA

CLAUSULA 3º - A administração da sociedade caberá ao sócio JOSÉ CARLOS MOZART, e ou JOSÉ RICARDO LIMA MOZART, em conjunto ou isoladamente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas aos interesses sociais ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens móveis e imóveis da sociedade, sem autorização de ambos os sócios.

CLAUSULA 4º - Os sócios que efetivamente desenvolverem atividade laboral dentro da empresa terá direito a uma retirada mensal a título de "pro - labore" em valor a ser combinado entre ambas.

CLAUSULA 5º - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime fulimentar, de prevaricação, peita ou suborno, cônusssão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fá pública ou a propriedade.

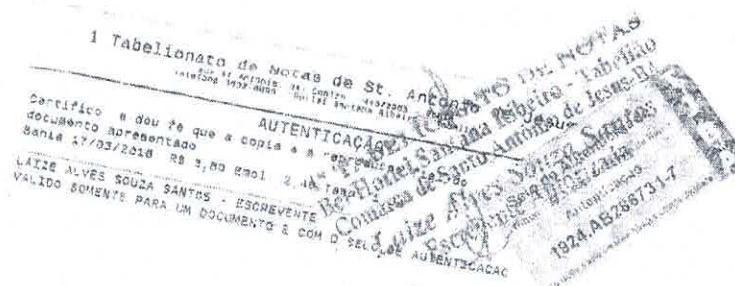
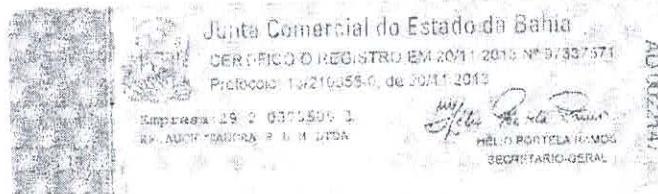
CLAUSULA 6º - Ficam os sócios cientes que permanecem em pleno vigor as demais clausulas do contrato social, não alcançadas pelo presente instrumento de alteração contratual.

E por estarem assim justos, combinados e contratados, assinam este instrumento de alteração em 3 (três) exemplares de igual teor para um só efeito.

Conceição do Almeida, Bahia, 13 de Novembro de 2013.

JOSE CARLOS MOZART

JOSE RICARDO LIMA MOZART



20.168

OK! Confirmado

【 REPORTE DE TRANSMISION 】

26 AGO. 2019 07:27PM

NO.	OTRO FAXSIMIL	HORA DE INICIO	DURACION	MODO	PAGINAS	RESULTADO
01	26375030	26 AGO. 07:24PM	03'24	TRANS	05	OK

CARDOSO & VITA
ADVOCACIA

Rua Rosalvo Fonseca Nº 97, Bairro São Cristóvão,
Santo Antônio de Jesus- BA - CEP: 44.571-037
Fone/Fax: (75) 3631-9183/3632-0253

Fax

Para: F.º Vara Empresarial da comarca de Gustavo Lima de A. Condado
do capital do Rio de Janeiro
De: Gustavo Lima de A. Condado
Fax: 21 3133-2346 Págs: 5 págs com 2a presente

Telefone: 21 3133-2346 Data: 26/08/2019

Ref: _____

Urgente Para Revisão Favor Comentar Favor Responder Favor Circular

mentários:



[Responder a todos](#) | [Excluir](#) [Lixo eletrônico](#) |

Remessa Ofício

C Capital - 07 V. Empresarial
Hoje, 16:45
upj26a30cv@tjsp.jus.br

[Responder a todos](#) |

Ofício 1236-2019.pdf
223 KB

[Baixar](#) [Salvar no OneDrive - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro](#)

Prezados,

Sugue ofício para providências.

Atenciosamente,

Fábio Barata
Mat. 01/7349



Substituto do Chefe de Serventia
7º Vara Empresarial
Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Tel: + 55(21) 3133- 2185

20.370

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 7ª Vara Empresarial 7ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lna Central 706CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133 2185 e-mail:
cap07vemp@tjrj.jus.br

Nº do Ofício : 1236/2019/OF

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2019

Processo Nº: 0093715-69.2015.8.19.0001

Distribuição: 25/03/2015

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: GALVAO ENGENHARIA S A - CNPJ: 01340937/0001-79 e outros Interessado:
SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA e outros

Prezado Senhor,

Pelo presente extraído dos autos da ação supramencionada, solicito a V.Exa. as providências necessárias no sentido de que seja procedida a baixa das restrições impostas aos veículos pertencentes a "Recuperanda", em consonância com a decisão proferida pelo Exmo Ministro Ricardo Villas Boas Cueva, no Conflito de Competência nº 159.187/RJ, haja vista os bens serem essenciais para a atividade-fim das "Recuperandas", conforme cópia da planilha dos veículos com restrições, anexa.

Outrossim, informo a V.Exa que, procedimentalmente se deu nos autos do Proc. nº 1021641-96.2015.8.26.0100, em que é requerente o BANCO COMMERCIAL INVESTMENT TRUST DO BRASIL S/A (atual denominação de Cit Brasil Arrendamento Mercantil S/A)

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Exa. protestos de elevada estima e distinta consideração.

Viviane Vieira do Amaral Arronenzi
Juiz de Direito

Ao Exmo Sr. Dr. Juiz de Direito da 26ª Vara Cível da Comarca da Capital/SP

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: 4S93.233C.Z167.7UF2
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos



20.141
19.693

Proprietária: GALVÃO ENGENHARIA S.A.

CNPJ: 01.340.937/0001-79

Número do Processo

Data da Inclusão 11/06/2018 Hora da Inclusão 16:35

Tipo de Restrição Judicial Circulação Código do Tribunal TJSP

Código do Órgão Judicial 7640 Número do Processo 1021641-96.2015

Nome do Órgão Judicial 26A VC CENTRAL

Item	Ativo Fijo	Equipamento	Modelo/ Especif. Técnica	Ano Equip.	Série	Placa
1	102.07.0010	CAMINHAO LEVE	MBB710-LEVE - CARROCERIA	29/11/2001	9BM68815618284977	CYQ5305
2	102.07.0011	CAMINHAO LEVE	MBB710-LEVE - CARROCERIA	29/11/2001	9BM68815618284992	CYQ5306
3	104.24.0111	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/05/2005	9BM69338658428228	DQO0131
4	104.24.0116	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/05/2005	9BM69338658429292	DQO0132
5	104.24.0117	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/05/2005	9BM69338658429396	DQO0196
6	104.24.0136	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	30/04/2007	9BM69338678529544	DQO2933
7	104.24.0137	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K-MULTI-USO - 12M ³	30/04/2007	9BM69338678530560	DQO2934
8	104.24.0138	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	30/04/2007	9BM69338678530769	DQO2942
9	104.24.0140	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	30/04/2007	9BM69338678530979	DQO2935
10	104.24.0141	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	30/04/2007	9BM69338678531218	DQO2936
11	104.24.0142	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	30/04/2007	9BM69338678531242	DQO2937
12	104.24.0143	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	30/04/2007	9BM69338678531262	DQO2938
13	104.24.0144	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	30/04/2007	9BM69338678532444	DQO2941
14	104.24.0145	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K-MULTI-USO - 12 M ³	30/04/2007	9BM69338678532596	DQO2943
15	104.24.0146	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	30/04/2007	9BM69338678531744	DQO2944
16	104.24.0147	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	30/04/2007	9BM69338678532267	DQO2945
17	104.24.0148	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K-MULTI-USO - 12M ³	30/04/2007	9BM69338678532295	DQO2946
18	104.24.0149	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	30/04/2007	9BM69338678532742	DQO2947
19	104.24.0150	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	30/04/2007	9BM69338678531665	DQO2948
20	104.24.0151	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	28/08/2007	9BM69338678554145	DWD5401
21	104.24.0153	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	28/08/2007	9BM69338678554406	DWD5393
22	104.24.0154	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	28/08/2007	9BM69338678554446	DWD5395
23	104.24.0155	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	28/08/2007	9BM69338678554646	DWD5042
24	104.24.0156	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	24/09/2007	9BM69338688556364	EAM5086
25	104.24.0158	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	24/09/2007	9BM69338688556716	EAM5082
26	104.24.0159	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	24/09/2007	9BM69338688556972	EAM5085
27	104.24.0161	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	24/09/2007	9BM69338688557153	EAM5081
28	104.24.0162	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	24/09/2007	9BM69338688557542	EAM5098
29	104.24.0163	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	24/09/2007	9BM69338688557603	EAM5074
30	104.24.0164	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	24/09/2007	9BM69338688557696	EAM5097
31	104.24.0165	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	24/09/2007	9BM69338688557959	EAM5076
32	104.24.0166	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	24/09/2007	9BM69338688558076	EAM5091
33	104.24.0167	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	24/09/2007	9BM69338688558107	EAM5065
34	104.24.0168	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	24/09/2007	9BM69338688558125	EAM5063
35	104.24.0170	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	24/09/2007	9BM69338688559085	EAM5075
36	104.24.0171	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/10/2007	9BM69338688561746	EAM5237
37	104.24.0172	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/10/2007	9BM69338688562265	EAM5249
38	104.24.0173	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/10/2007	9BM69338688562310	EAM5235
39	104.24.0174	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/10/2007	9BM69338688562335	EAM5211
40	104.24.0175	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/10/2007	9BM69338688562548	EAM5218
41	104.24.0176	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/10/2007	9BM69338688562808	EAM5216
42	104.24.0177	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/10/2007	9BM69338688563004	EAM5213
43	104.24.0178	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/10/2007	9BM69338688563022	EAM5194
44	104.24.0179	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/10/2007	9BM69338688563227	EAM5182
45	104.24.0180	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	25/10/2007	9BM69338688563632	EAM5092
46	104.24.0181	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	31/10/2007	9BM69338688562833	EAM5294
47	104.24.0183	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	31/10/2007	9BM69338688565901	EAM5287
48	104.24.0184	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	31/10/2007	9BM69338688565925	EAM5281
49	104.24.0186	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M ³	31/10/2007	9BM69338688566108	EAM5283

20.142
19.694

50	104.24.0187	CAMINHAO BASCULANTE	MBB - 2423K - 10 M³	31/10/2007	9BM6933868BS66141	EAM5313
51	105.24.0050	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	29/11/2001	9BM6933861B283534	CYQ5285
52	105.24.0051	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	29/11/2001	9BM6933861B283548	CYQ5298
53	105.24.0052	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	29/11/2001	9BM6933861B284984	CYQ5296
54	105.24.0053	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	29/11/2001	9BM6933861B285168	CYQ5287
55	105.24.0056	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	29/11/2001	9BM6933861B285151	CYQ5304
56	105.24.0058	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	29/11/2001	9BM6933861B285313	CYQ5282
57	105.24.0059	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	29/11/2001	9BM6933861B285007	CYQ5294
58	105.24.0061	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	29/11/2001	9BM6933861B284996	CYQ5295
59	105.24.0062	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	29/11/2001	9BM6933861B283413	CYQ5301
60	105.24.0063	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	10/08/2012	9BM6933865B426767	DQO0194
61	105.24.0064	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	10/08/2012	9BM6933865B427917	DQO0157
62	105.24.0065	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	10/08/2012	9BM6933865B427988	DQO0143
63	105.24.0066	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	10/08/2012	9BM6933865B428249	DQO0153
64	105.24.0067	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	10/08/2012	9BM6933865B429072	DQO0179
65	105.24.0068	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	10/08/2012	9BM6933865B429212	DQO0154
66	105.24.0069	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	10/08/2012	9BM6933865B423645	DQO0152
67	105.24.0070	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	10/08/2012	9BM6933865B427931	DQO0140
68	105.24.0071	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	10/08/2012	9BM6933865B428800	DQO0195
69	105.24.0072	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	10/08/2012	9BM6933865B429415	DQO0142
70	105.24.0073	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	10/08/2012	9BM6933865B429048	DQO0160
71	105.24.0074	CAMINHAO IRRIGADEIRA	MBB - 2423K - 15000 L	31/10/2007	9BM6933868BS66174	EAM5270
72	106.15.0013	CAMINHAO MUNCK	VW - 15180e - 4T	18/05/2006	9BWN672S66R621541	DQO1169
73	106.15.0014	CAMINHAO MUNCK	VW - 15180e - 3T	18/05/2006	9BWN672S76R621094	DQO1454
74	106.15.0015	CAMINHAO MUNCK	VW - 16170 - 3T	01/07/1995	3C9BWYTAF4SDB76676	LAX2738
75	106.24.0017	CAMINHAO MUNCK	MBB - 2423K - 20T	29/11/2001	9BM6933861B285245	CYQ5289
76	107.24.0013	CAMINHAO COMBOIO	MBB - 2423K - 8000L	29/11/2001	9BM6933861B285350	CYQ5284
77	107.15.0014	CAMINHAO COMBOIO	VW15180e - 5000L	18/05/2006	9BWN672S16R621236	DQO0745
78	107.15.0015	CAMINHAO COMBOIO	VW15180e - 5000L	18/05/2006	9BWN672S16R621169	DQO1502
79	107.15.0016	CAMINHAO COMBOIO	VW15180e - 5000L	18/05/2006	9BWN672S16R621060	DQO0731
80	107.15.0017	CAMINHAO COMBOIO	VW15180e - 5000L	18/05/2006	9BWN672S16R621186	DQO1474
81	107.15.0018	CAMINHAO COMBOIO	VW15180e - 5000L	18/05/2006	9BWN672S46R621506	DQO0726
82	107.15.0019	CAMINHAO COMBOIO	VW15180e - 5000L	18/05/2006	9BWN672S66R621880	DQO1409
83	107.15.0020	CAMINHAO COMBOIO	VW15180e - 5000L	18/05/2006	9BWN672S96R621565	DQO0496
84	107.15.0021	CAMINHAO COMBOIO	VW15180e - 5000L	18/05/2006	9BWN672S46R621084	DQO1433
85	107.24.0022	CAMINHAO COMBOIO	MBB - 2423K - 5000L	29/11/2001	9BM6933861B283304	CYQ5303
86	107.24.0024	CAMINHAO COMBOIO	MBB 2423K - PROLUB A 7500L	25/05/2005	9BM6933865B429090 / 1300	DQO0197
87	110.15.0010	CAMINHAO ESPARGIDOR	VW - 15.180 - HIDROSTATICO 6.000L EHR-600	21/11/2006	9BWN672S66R621684	DQO1447
88	121.02.0002	CAMINHAO OFICINA	MBB - 2213	01/07/1985	34542012702339	CEP9753
89	121.02.0003	CAMINHAO OFICINA	MBB - 2213	01/07/1987	9BM345420HB742411	CEP9698
90	121.03.0004	CAMINHAO OFICINA	MBB - 1513	01/07/1987	9BM345008HB744692	CEP9692
91	128.24.0001	CAMINHAO ABASTECEDOR	MBB - 2423K - 12000L	29/11/2001	9BM6933861B283397	CYQ5293
92	128.24.0002	CAMINHAO ABASTECEDOR	MBB - 2423K - BOZZA 12000L	29/11/2001	9BM6933861B285407	CYQ5291